

07

REVISTA

Nº7 Jan.-Jun. 2021
ISSN ??????????

PolitiKa



Os pensamentos de Celso Furtado como base para o resgate da vocação brasileira

REVISTA **PolitiKa**



Organização **Fundação**
João Mangabeira



Colaboração **HUMBOLDT-VIADRINA**
Governance Platform

REVISTA POLITIKA

CONSELHO EDITORIAL

Adriano Sandri
Alexander Blankenagel
Alexandre Navarro
Carlos Siqueira
César Benjamin
Gesine Schwan
Marcia H. G. Rollemberg
Osvaldo Saldias
Paulo Bracarense
Rafael Araripe Carneiro
Raimundo Pereira
Ricardo Coutinho
Tania Bacelar de Araújo

DIRETOR RESPONSÁVEL

Alexandre Navarro

EDITOR

César Benjamin

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Marcia H. G. Rollemberg

JORNALISTA RESPONSÁVEL

Luciana Capiberibe

REVISÃO

Laerte de Abreu Júnior

PROJETO GRÁFICO

Traço Design

DIAGRAMAÇÃO

Rita Corrêa

IMAGEM DE CAPA

Arquivo FJM

FUNDAÇÃO JOÃO MANGABEIRA

CONSELHO CURADOR

PRESIDENTE
Carlos Siqueira

MEMBROS TITULARES

Adilson Gomes da Silva
Álvaro Cabral
Cristina Almeida
Dalvino Franca
Felipe Martins
Francisco Cortez
Gabriel Maia
Jairon Nascimento
James Lewis
Joilson Cardoso
Manoel Alexandre
Paulo Bracarense
Ricardo Coutinho
Serafim Corrêa
Silvânio Medeiros
Vera Regina Müller

SUPLENTE

Henrique Antão

CONSELHO FISCAL

MEMBROS TITULARES
Alessandro Antônio Stefanutto
Jônia Maria de Lima Pompeu
Thyago Henriques de O. Madruga Freire

SUPLENTES

Orlando José Felipe Castells
Luciana de Oliveira

DIRETORIA EXECUTIVA

DIRETOR PRESIDENTE
Ricardo Coutinho

DIRETOR VICE-PRESIDENTE

Alexandre Navarro

DIRETOR FINANCEIRO

Francisco Cortez

DIRETOR DE ESTUDOS E PESQUISAS

Carlos Amastha

DIRETOR DE ORGANIZAÇÃO

Fabio Maia

EQUIPE DA FJM

GERENTE EXECUTIVA
Márcia H. G. Rollemberg

COORDENAÇÃO DA ESCOLA

JOÃO MANGABEIRA
Adriano Sandri

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

Luciana Capiberibe

ASSISTENTES

Bruna Lacerda
Elsa Medeiros
Fernanda Regis Cavicchiolli
Filipe Gomes Franca

AUXILIARES

Daniela Ferreira dos Santos
Edson Martins dos Santos
Sebastião Antônio Correia

sumário

4 editorial

O PENSAMENTO
FUNDAMENTAL DE
FURTADO PARA
COMPREENDER
NOSSA ERA

Carlos Siqueira

5 apresentação

PENSAR O BRASIL A
PARTIR DE FURTADO
COMO SONHAR O NOSSO
DESENVOLVIMENTO?

Ricardo Coutinho

6

CELSO FURTADO PARA
PENSAR O BRASIL DO
HOJE E DO AMANHÃ

Carlos Brandão

14

O PENSAMENTO
ESTRUTURALISTA DE
CELSO FURTADO E
SUA ATUALIDADE NO
CENTENÁRIO DE SEU
NASCIMENTO

Ricardo Bielschowsky

26

PLANEJAMENTO
REGIONAL E URBANO:
A ATUALIDADE DE
CELSO FURTADO

Clélio Campolina
Diniz

32

A ATUALIDADE DO
PENSAMENTO DE
CELSO FURTADO
SOBRE FEDERALISMO
E PLANEJAMENTO
REGIONAL

Hipólita Siqueira¹

40

CELSO FURTADO,
A ECONOMIA E A
CULTURA

Rosa Freire d'Aguiar

42

DEVANEIOS
ESPERANÇOSOS
ACERCA DO
DESENVOLVIMENTO
A PARTIR DE CELSO
FURTADO

Cláudia Leitão

52

COMUNICAÇÃO,
CULTURA E
DEMOCRACIA NO
BRASIL. O QUE DIRIA
FURTADO?

César Bolaño

58

DEMOCRACIA,
SOBERANIA E
PARTICIPAÇÃO:
O PENSAMENTO
FURTADIANO E OS
DESAFIOS ATUAIS

Adroaldo Quintela¹

Copyright ©Fundação João Mangabeira 2021
CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

F981 Revista Política [texto (recurso eletrônico)]

/ Fundação João Mangabeira. – Brasília: Editora FJM
– ??? p. : il. : color. – n. 7 (jan.-jun. 2021).

Semestral
Publicação *on-line*:
<www.fjmangabeira.org.br/revistapolitika>
Organizador: César Benjamin.
ISSN: 2358-9841

1. Publicações – Periódicos. 2. Política – Periódicos.
3. Políticas Públicas – Periódicos. I. Journal Politika.
II. Benjamin, César.

CDD 32(05) CDU: 320(051)

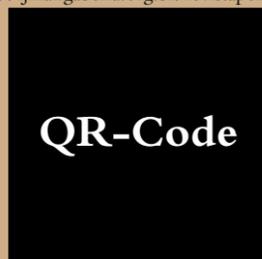
Ficha catalográfica:
Wilians Juvêncio da Silva CRB 1/3140 – 1ª Região. DOX

Publicação eletrônica:
<http://www.fjmangabeira.org.br/revistapolitika>

FUNDAÇÃO JOÃO MANGABEIRA
Sede própria – SHIS Q1 5 – Conjunto 2 – Casa 2
CEP 71615-020 – Lago Sul – Brasília, DF
Telefax: (61) 3365-4099/3365-6277/3365-5279
www.fjmangabeira.org.br

HUMBOLDT-VIADRINA GOVERNANCE PLATFORM
Pariser Platz 6, Im Allianz Forum
10117 Berlin – Germany
Tel. +49 30 2005 971 10
office.schwan@humboldt-viadrina.org

ACESSE:
<http://fjmangabeira.org.br/revistapolitika>



No seu smartphone ou tablet baixe aplicativos gratuitos para leitura da Revista.



Carlos Siqueira
Presidente Nacional do
Partido Socialista Brasileiro

O pensamento fundamental de Furtado para compreender nossa era

No ano em que comemoramos o Centenário de Nascimento de Celso Furtado, um de nossos mais brilhantes pensadores, é de extrema importância refletir sobre a atualidade de seu pensamento para a compreensão de nosso estágio atual de desenvolvimento nacional.

Infelizmente, é com tristeza que constatamos que pouco avançamos desde então. Nossos breves arroubos na construção de uma pátria autônoma e livre não passaram de momentos eclipsados em uma trajetória de subdependência de potências internacionais. Furtado já havia alertado que o subdesenvolvimento é condição estruturante nas relações centro-periferia, e que o Brasil somente poderia avançar ao se libertar da condição de nação periférica no sistema econômico global. Para que essa situação se concretize, é necessária uma intervenção profunda e estratégica do Estado.

O poder público, na obra de Furtado, é peça central, indispensável na reconfiguração nas relações desenvolvimentistas. É dele o dever de construir o plano estratégico de industrialização que permite a independência da nação e do seu povo. Quando olhamos para o papel que o Estado brasileiro tem representado ao longo dos séculos, observa-se um aparelho muitas vezes submisso aos interesses privados, de grupos econômicos, que em nada contribuíram para a visão de futuro predita por Furtado e que privilegia o desenvolvimento pleno de nossa sociedade.

Para avançarmos a partir do pensamento de Furtado, é preciso respondermos, enquanto sociedade: A que interesses queremos estar subordinados? De quem será o projeto que vamos defender – seja na máquina pública, no mercado ou na sociedade civil? Como podemos

construir nossa autonomia enquanto nação?

São questões que Furtado não pôde verificar como seriam respondidas. Cabe a nós, como homens públicos, nos debruçarmos sobre a sua obra, refletirmos sobre seus ensinamentos, para então concretizarmos seus sonhos de uma sociedade livre, justa e democrática.

Com o ciclo de debates em comemoração ao Centenário de Celso Furtado, realizado em dezembro de 2020, pela Fundação João Mangabeira, em parceria com o Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, e a Associação Brasileira de Economistas pela Democracia, pudemos obter reflexões que nos guiarão nesse caminho, e que agora se encontram consolidadas neste número da Revista Política.



Ricardo Coutinho
Presidente da Fundação
João Mangabeira

Pensar o Brasil a partir de Furtado como sonhar o nosso desenvolvimento?

O ciclo de debates em comemoração ao Centenário de Celso Furtado, realizado em dezembro de 2020 pela Fundação João Mangabeira em parceria com o Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento e a w, nos deu a oportunidade de não somente olharmos para seu legado como prospectar quais seriam as visões de Furtado para a nossa conjuntura atual, sonhando em novas formas de desenvolvimento, adaptadas ao nosso tempo.

Furtado vivenciou momentos fundamentais de nossa história e contribuiu para que muitos deles fossem marcantes em nossa trajetória. Paraibano, de Pombal, sabia da importância extrema de um projeto de desenvolvimento integrado e nacional, que trouxe ao dirigir a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE. Órgão extinto

em 2001 e recriado em 2002, não conseguiu alavancar todo o potencial da região Nordeste e integra-la ao processo de desenvolvimento nacional. Furtado seria um grande defensor, acredito, de iniciativas com o Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável do Nordeste, iniciativa de governadores do campo progressista, que, em 2019, se uniram para pensar em soluções estratégicas e conjuntas para a região.

Defensor da democracia, foi exilado durante a ditadura militar e permaneceu sem direitos políticos por 10 anos. Pode acompanhar os primeiros anos da nossa frágil nova democracia, após 1988, e veria com certeza tristeza os caminhos atuais que nos levaram a eleição de Bolsonaro, com o desmonte de qualquer projeto de desenvolvimento nacional que privilegie o interesse de seus cidadãos.

Criador da primeira legislação de incentivo à cultura, enquanto Ministro nacional no tema, nos inspira a reconhecer as diversas manifestações de nossos diferentes povos, diferentes línguas, que habitam nossa pátria.



Domínio Público / Acervo Arquivo Nacional

Celso Furtado para pensar o Brasil de hoje e do amanhã

A Fundação João Mangabeira, do Partido Socialista Brasileiro, promoveu, entre os dias 3 e 6 de novembro de 2020, a Semana Celso Furtado, com o objetivo de debater a obra e a atualidade desse influente pensador – cujo centenário de nascimento foi comemorado em 2020 – e buscar inspiração em seus ensinamentos para refletir sobre os impasses e as alternativas do Brasil de hoje e do futuro¹.

Celso Furtado (1920–2004) é um dos mais importantes intérpretes das especificidades sociais, políticas e econômicas do Brasil e da América Latina. É o formulador de um arcabouço teórico, de um modo de interpretação e de uma proposta de intervenção, que buscam a transformação da realidade brasileira. Seus pensamentos foram sempre marcados pela originalidade, atualidade e perenidade. É um grande e erudito intelectual que cria, aciona e mobiliza ideias sempre com extremo comprometimento social e político.

São marcantes a amplitude, a profundidade e o comprometimento com a transformação social contidos em sua obra. Mas, antes de tudo, fica cada vez mais patente a atualidade de seu pensamento global para se armar uma reflexão crítica e de longo alcance sobre os destinos civilizacionais desta nação, que continua em construção (frequentemente), interrompida, marcada que é, ainda, pela recombinação do atraso com a modernidade, pela heterogeneidade e pelas desigualdades.

Grande e erudito intelectual, servidor público e agente político de peso, ele refletiu sobre o Brasil a partir de uma perspectiva ampla e interdisciplinar, mobilizando e articulando o melhor do pensamento social crítico e criando um sistema teórico, analítico e con-



ceitual particular para pensar a realidade periférica e dependente latino-americana.

Os temas e as problemáticas por ele tratados permanecem na ordem do dia quando se pretende pensar e discutir uma agenda política consequente e estratégica para a ação democrática no Brasil. Como diria ele, é preciso “olhar para frente”, com consciência da responsabilidade para projetar ideias e concepções das quais não se pode abrir mão para a atuação política consequente, que verdadeiramente busque a satisfação dos anseios legítimos, sobretudo dos segmentos sempre marginalizados dos frutos do progresso técnico e dos ciclos de crescimento da economia brasileira.

Como ele gostava de lembrar, “um dos traços característicos do subdesenvolvimento é a exclusão de importantes segmentos da população da atividade política, privados que estão de recursos de poder. Daí a proclividade ao autoritarismo. Essa situação somente se modifica com a emergência de formas alternativas de organização social capazes de ativar os segmentos de população politicamente inertes” (Furtado, 1992). Afirmava a importância da capacitação política se difundir no corpo social, abrindo caminho às formas pluralistas de organização do poder que estão na base dos regimes democráticos.

Uma nação ainda em construção não deveria deixar que as “decisões prefiguradas pelo mercado” tomassem conta da política. Ele considerava que deixar

que as forças espontâneas de mercado operem livremente para que se resolvam os graves problemas econômicos e sociais que persistem no país seria uma ilusão muito disseminada pelos detentores do poder. Seria preciso rever o “sistema de decisões” e a destinação dos excedentes econômicos e construir um “sistema econômico” nacional como base de um projeto estratégico de nação. Segundo nosso autor “o ponto de partida do estudo do desenvolvimento deveria ser o *horizonte de aspirações da coletividade em questão*” (Furtado, 1969: 19).

Suas propostas visavam a romper a lógica perversa do subdesenvolvimento; enfrentar as variadas dimensões da dependência (tecnológica, financeira, cultural); ampliar a soberania nacional, a autonomia de decisões; buscando a integração inter-regional, a coesão nacional e o alargamento dos horizontes de possibilidades do país.

Ressaltava sempre as potencialidades, às vezes pouco exploradas, de nossa civilização singular, com alta polivalência cultural. Ele lembrava sempre a capacidade criativa com raízes nacionais, marca maior da nossa diversidade e riqueza cultural, visto que “o desenvolvimento é sempre tributário de uma atividade criadora”.

Mas, realista, também lembrava das forças retrógradas e estruturais do atraso, que impedem que o país avance material e culturalmente para a “realização de suas potencialidades e aspirações”.

Impressiona, hoje, como Furtado pensou sempre em variados níveis das escalas espaciais (planetário, latino-americano, nacional, regional) e em plurais planos analíticos (em um jogo dialético, contraditório, histórico e dinâmico entre o particular e o universal). A busca da visão global. A América Latina e o Brasil e sua inserção no mundo. O Nordeste e sua inserção no Brasil. O retorno ao global, e assim por diante. Pensando, recorrente e simultaneamente (em aproximações sucessivas e em espiral), o movimento, o *sentido* e a transformação das relações, estruturas e processos.

Autor necessário, quando se pretende trilhar nossos próprios caminhos, nesta conjuntura desafiante, em que também o lado pior da “civilização brasileira” parece aflorar. Momento que exige concepções abrangentes e globais para enfrentar e romper com os imobilismos e rigidezes (desde as mentais até as mais explicitamente violentas) resultantes de nosso processo histórico de malformação estrutural, que foi baseado no escravismo e no colonialismo, e em outra das raízes de nosso atraso estrutural: o problema agrário secular e as estruturas enrijecidas que concentram renda, riqueza e poder em ambiente de baixo crescimento e de exclusão das massas marginalizadas do processo de desenvolvimento.

Os enormes constrangimentos e problemas da inserção subordinada do Brasil no contexto internacional, a dramática concentração

de renda e poder, o uso predatório e concentrador do excedente social, a pobreza, a destituição de direitos, as variadas dimensões da violência, as heterogeneidades estruturais (sociais, regionais e econômicas), as desigualdades regionais, os problemas ecológicos, os constrangimentos ao pleno exercício da democracia, dentre outros, são todos problemas estruturais que foram objeto de muitas reflexões, produções e ações de Celso Furtado, e que persistem ou se agravaram no presente.

Ele sempre falava da premissa em se acumular capacidade de decisão para a transformação política. Da urgência em se empreenderem as mudanças estruturais requeridas no Brasil, para que se alarguem os horizontes de decisões e possibilidades para todos os cidadãos, o que seria “o verdadeiro desenvolvimento”, “que é principalmente um processo de ativação e canalização de forças sociais, de avanço na capacidade associativa, de exercício da iniciativa e da inventiva. Portanto, quando se fala em desenvolvimento, se está tratando de um processo social e cultural, e só secundariamente econômico” (Furtado, 1982: 149). Ou seja, produz-se o desenvolvimento com intencionalidade, pois “o desenvolvimento significa a gênese de formas sociais efetivamente novas”.

Dizia ele da necessidade em se potencializar a capacidade política para se antepor às cadeias de reação a decisões hegemônicas

antipopulares e antidemocráticas, procurando identificar renovadas bases sociais para uma estrutura de poder que seja apta a levá-lo à prática.

Celso Furtado procurava sempre sugerir orientações para se construir democraticamente um campo de opções emancipadoras, que possibilitassem a canalização privilegiada da capacidade inventiva humana para criar

“Quando se fala em desenvolvimento, se está tratando de um processo social e cultural, e só secundariamente econômico”

novos horizontes orientada por valores mais substantivos, ligados aos fins últimos do bem-estar de todas e todos.

Em sua interpretação histórica e estrutural, sempre esteve presente a ideia de enfrentar os velhos problemas, que sempre vem coexistir e recombinar com os novos, exacerbando e complexificando na conjuntura como uma condensação de contradições no tempo e nos espaços presentes.

Daí a importância de se resgatar e valorizar suas contribuições e, ao mesmo tempo, pensar

sobre a conjuntura atual e o futuro do Brasil.

Neste contexto, a Semana Celso Furtado da Fundação João Mangabeira elegeu temas aglutinadores centrais, orientados por essas problemáticas, possibilitando reflexões e debates sobre os destinos nacionais, em quatro mesas com renomados especialistas, que se orientam pelos ensinamentos de Celso Furtado.

Os temas abordadas no evento conformaram uma agenda básica, centrada em problemáticas estruturais que foram profundamente estudadas por Celso Furtado e que certamente merecem mais atenção para a discussão dos destinos nacionais hoje. Dentre esses temas, foram destacados: i) a necessidade em articular estrategicamente um projeto nacional de desenvolvimento; ii) a urgência de se fazer face às variadas dimensões do nosso subdesenvolvimento e de nossa dependência; iii) a identificação e o enfrentamento das nossas heterogeneidades estruturais e a busca por maior homogeneidade social; iv) a tomada de consciência das nossas desigualdades socioespaciais e do premente planejamento regional; v) as especificidades do pacto federativo brasileiro; vi) ter a cultura como estratégia para o desenvolvimento; vii) o papel da criatividade, inventividade e economia criativa; viii) as formas de contraposição ao poder assimétrico das forças do atraso, a luta por democracia, autono-



mia e soberania; ix) a busca por maior participação da sociedade nas decisões.

Representando um pouco das discussões havidas no primeiro dia da Semana Celso Furtado da Fundação João Mangabeira, depois da mesa de abertura, em que se destacaram as falas do Presidente da Fundação, Ricardo Coutinho; do Diretor-Presidente do Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, Roberto Saturnino Braga; e do Coordenador da Associação Brasileira de Economistas pela Democracia (Abed), Adroaldo Quintela; sob a moderação de Fabio Maia, Diretor de Organização da Fundação, discutiram-se as problemáticas dos desafios da Superação do Subdesenvolvimento e a necessidade de armar democraticamente um Projeto Nacional de Desenvolvimento. Em seguida, tivemos as falas do

Ricardo Bielschowsky, com artigo que abre este número especial da Revista Politika, em homenagem ao Centenário de Nascimento de Celso Furtado, e da Profa. Inês Patrício.

Ricardo apresenta um alentado mapeamento da vida, obra e atualidade desse grande intérprete do Brasil. Ainda ressaltou o papel da companheira de Celso Furtado, Rosa Freire d'Aguiar, cujo zelo, capacidade intelectual, editorial e de organização tem mantida viva a memória e a vasta obra do grande mestre. Disse que, com a primorosa escolha e edição dos trabalhos, correspondências, etc. Rosa tem papel central na qualidade do debate que atualmente se realiza, de resgate, atualização e busca de inspiração no pensamento furtadiano para pensarmos o Brasil de hoje e do futuro.

Em seguida, Inês Patrício, dentre as várias questões importantes que colocou a professora,

pode-se destacar algo muitas vezes pouco lembrando nas abordagens sobre Celso Furtado: o fato de, durante toda sua vida, ele ter sido constringido politicamente, sem poder exercer suas atividades com liberdade em seu próprio país. Teve que sair do País, ficou dez anos sem direitos políticos, muito tempo longe da sua terra. Participou apenas de governos democráticos, entre 1945 e 1964, e, depois, apenas no período da redemocratização. Ele, que sempre foi um servidor público a serviço do Brasil, envolvido em diversas atividades governamentais, teve que enfrentar muitas vezes, nos cargos que ocupou, poderosos interesses conservadores constituídos, sempre negociando no sentido de produzir consensos, desde que não ferissem seus princípios, e sempre com uma perspectiva democrática.

No segundo dia de evento, a mesa de discussão do Planejamento Regional e Federalismo, contou com os mestres da questão regional brasileira, Tania Bacelar e Clélio Campolina Diniz e como moderadora, Hipólita Siqueira. Esses dois últimos, apresentam seus respectivos artigos nesta revista.

A Profa. Tania Bacelar deu destaque inicialmente ao Nordeste, falando das características daquela região diagnosticadas por Furtado e da sua concepção do planejamento visto como instrumento estratégico do Estado para atuar num processo de transformação social. Lembrou que ele era orientado

pelo método histórico-estrutural. Discutiu os desafios do planejamento regional e do federalismo brasileiro na atualidade. Tania Bacelar provocou o debate com uma discussão fundamental na atualidade: É possível adotar uma estratégia transformadora sem o papel estratégico do Estado? Celso Furtado nos diria: Não. É um momento novamente desafiador de reposicionamento, mudança e as forças do mercado não têm capacidade, sozinhas, de patrocinar essa transformação. Por fim, Tania Bacelar ressaltou a potencialidade da experiência em curso de formação de uma articulação interfederativa, que tem se mostrado exitosa, através do Consórcio do Nordeste.

Por sua vez, Clélio Campolina ressaltou a originalidade e atualidade na busca do verdadeiro desenvolvimento, que, segundo Furtado, deveria ser entendido como aquele que combine melhoria das condições materiais, com justiça social e liberdade. Autor fundamental para a orientação de lideranças políticas, gestores públicos e a sociedade em geral, cuja obra continua como referência e guia para o planejamento e para a ação sobre os desenvolvimentos regional e urbano. Furtado demonstrou a necessidade de se pensar o território em variadas escalas espaciais e articular o desenvolvimento regional com o desenvolvimento e a estrutura urbana. O professor apresentou uma agenda para se pensar o Brasil atual e, dentre outras questões, ressaltou a urgência de um novo pacto federativo que

desconcentre recursos e atribuições do governo federal para as instâncias subnacionais e de uma reforma tributária que reduza a tributação indireta e amplie a tributação sobre a renda. Destacou, ainda, o papel da educação, ciência e tecnologia e da cultura, da Amazônia, o papel da Plataforma Marítima e da integração sul-americana para um projeto nacional de desenvolvimento comprometido com o futuro do país.

A Profa. Hipólita Siqueira destacou, em seu artigo a seguir apresentado, a contribuição de Celso Furtado desde sua análise da formação e da trajetória histórica das desigualdades regionais brasileiras até suas contribuições para propor políticas regionais consistentes, a partir do nosso específico pacto federativo, em momento de grandes desafios para o país.

No terceiro dia, a mesa de debates Cultura, Inventividade e Economia Criativa, contou com Rosa Freire d'Aguiar, Cláudia Leitão e César Bolaño, que apresentam aqui seus artigos, neste número especial da revista Politika.

Rosa Freire trata da importância e do contexto em que foi concebido e escrito o livro fundamental de Celso Furtado "Criatividade e dependência na civilização industrial", de 1978. Lendo sua correspondência desse período, para compor um livro que está organizando para publicação em 2021, Rosa aponta que ele percebia mais que, mais do que um elemento, a cultura era a síntese do desenvolvimento. Era

preciso ver o estudo do desenvolvimento como um processo criativo e não, principalmente, como um resultado da acumulação. Era preciso buscar os elos entre cultura e desenvolvimento, entre criatividade e economia. Assim, o desenvolvimento seria menos o resultado da acumulação material do que um processo de invenção de valores, comportamentos, estilos de vida, em suma, de inventividade e criatividade.

A Profa. Cláudia Leitão apresentou a visão furtiana de cultura no processo de desenvolvimento e ressaltou o papel de Furtado na institucionalização da cultura, especialmente durante sua gestão como Ministro da Cultura. Ela discutiu o papel da economia criativa e lembrou que somente a cultura poderia reconstruir as subjetividades humanas, reavivando no homem sua capacidade de sonhar.

Por sua vez, o Prof. César Bolaño propôs um urgente diálogo entre cultura e comunicação. Embora Furtado não tenha tratado diretamente dessa última, dada a importância e o caráter estratégico dos meios de comunicação de massa no processo democrático, seria possível explorar, segundo ele, várias possibilidades de realização desse diálogo a partir das concepções de criatividade, cultura e desenvolvimento nas formulações furtadianas.

Encerrando a Semana Celso Furtado da Fundação João

questão fundamental, premente na atual conjuntura, dos desafios da “Democracia, Soberania e Participação da População nas Decisões”, a partir da palestra de Gilberto Bercovici, com a moderação de Alexandre Navarro, Vice-Presidente da Fundação João Mangabeira.

O Prof. Bercovici ressaltou o fato de que Celso Furtado foi não apenas um teórico, mas também um homem da prática e política concreta, tendo a oportunidade e sabedoria não só de teorizar, mas também de pôr em prática muito daquilo que estudou e teorizou. Lembrou que Furtado sempre

chamava a atenção para a importância do controle estatal, nacional, sobre os recursos naturais estratégicos e que o próprio mercado interno brasileiro deveria ser o centro dinâmico da economia brasileira, na busca da internalização dos centros de decisão do país e da própria defesa da soberania



Foto: Pixabay/ Lejoann

nacional. Seria preciso o cultivo dos valores democráticos para, nas palavras dele, completar o processo de construção da Nação.

Em seguida, o texto de Adroaldo Quintela, da Abed, discute os diálogos possíveis, entre o conceito de democracia em Furtado com a democracia participativa. Relembra que as lutas contra o subdesenvolvimento não ocorre sem luta pela soberania nacional e sem mobilização e participação ativa das forças sociais transformadoras. Ressalta os impasses postos hoje na conjuntura brasileira e afirma que experiências insurgentes e propositivas vêm brotando na cena política. Seu interessante artigo fecha este número especial da revista Politika.

Por fim, o Senador Saturnino Braga, Diretor-Presidente do Centro Celso Furtado, teceu comentários sobre os desafios postos neste momento de contrastes, destacando a força do país, ao longo de sua história, para superar momentos complexos e ressaltou a necessidade da luta por democracia e soberania nacional.

Encerrando o evento, ficou a certeza de que a Semana Celso Furtado da Fundação João Mangabeira prestou justa e destacada homenagem a esse importante brasileiro, que continua fundamental para nos auxiliar a pensar politicamente o Brasil de hoje e do futuro. Um grande intelectual e homem público, sempre presciente em suas afirmações, como esta: “O desafio

que se coloca à presente geração é, portanto, duplo: O de reformar as estruturas anacrônicas que pesam sobre a sociedade e comprometem sua estabilidade; e o de resistir às forças que operam no sentido da desarticulação do nosso sistema econômico, ameaçando a unidade nacional” (Furtado, 1992: 13).

Boa leitura dos artigos a seguir, neste momento de homenagens ao centenário de nascimento de Celso Furtado e de pensar e lutar por outro Brasil, mais justo, soberano, desenvolvido e solidário, sob sua inspiração.

Indicações de Leitura de Textos Recentemente Publicados sobre Celso Furtado:

Número Especial do Cadernos do Desenvolvimento, vol. 15, n. 26, jan./jun. 2020, Centenário de Celso Furtado. Disponível em <http://www.cadernosdodesenvolvimento.org.br/ojs-2.4.8/index.php/cdes>

SOUSA, Cidival Moraes *et al.* (2020). **Celso Furtado**: a esperança militante. Três Volumes. Campina Grande: EDUEPB. Trilogia disponível em: <http://eduepb.uepb.edu.br/e-books/>

QUINTELA, Adroaldo *et al.* (orgs.). (2020). **Celso Furtado**: Os combates de um economista. São Paulo: Expressão Popular/FPA. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/publicacoes/estante/celso-furtado-os-combates-de-um-economista/>

Nota

¹ Todas as mesas estão disponíveis no canal do YouTube da Fundação João Mangabeira https://www.youtube.com/channel/UCOI88JOO2FHYYiSd3_SMSHQ

Referências

FURTADO, Celso. *Essencial Celso Furtado*. São Paulo: Penguin: Companhia das Letras, 2013.

FURTADO, Celso. *Prefácio à nova economia política*. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1976.

FURTADO, Celso. Brasil: da república oligárquica ao estado militar. In: FURTADO, Celso (org.). *Brasil: Tempos modernos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.

FURTADO, Celso. *Um projeto para o Brasil*. Rio de Janeiro, Saga, 1969.

FURTADO, Celso. *Criatividade e dependência na civilização ocidental*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

FURTADO, Celso. *Nova dependência*. São Paulo: Paz e Terra, 1982.

FURTADO, Celso. *Brasil: A construção interrompida*. São Paulo: Paz e Terra, 1992a.

FURTADO, Celso. O subdesenvolvimento revisitado. *Economia e Sociedade*, Campinas, n.1, p. 5-19, ago. 1992b.

O pensamento estruturalista de Celso Furtado e sua atualidade no centenário de seu nascimento^{1, 2}



Este texto apresenta inicialmente um breve resumo da vida e obra de Celso Furtado (seção 1). Em seguida (seção 2), resume a teorização estruturalista de Furtado, que serviu de base ao pensamento desenvolvimentista de orientação nacionalista e progressista que o autor liderou no Brasil, bem como à atualidade de suas ideias. Ao final (seção 3), a modo de conclusão, são feitas algumas especulações sobre o que Furtado possivelmente

estaria pensando da crise por que passa o país desde 2020.

Vida e obra de Celso Furtado

Esta seção transcreve, com ligeiras adaptações, uma fala de homenagem a Furtado ocorrida em 2004, em São Paulo, durante o Congresso mundial da

UNCTAD/ONU, feita pelo Diretor-Geral da entidade, embaixador Rubens Ricupero, na presença do Ex-presidente Lula e do então Secretário-geral da ONU, Kofi Anan³.

Furtado encarnou, talvez melhor do que ninguém, o desejo de empreender os desenvolvimentos econômico e social da América Latina. Com audácia e criatividade, simbolizou, por mais de meio

século, os esforços de várias gerações para pensar o desenvolvimento de forma autônoma, desde a perspectiva do “Sul”, ou seja, dos países em desenvolvimento, da América Latina e, em particular, do Brasil.

A biografia de Celso Furtado descreve a vida de um homem de ação e pensamento a serviço do desenvolvimento, em todas as dimensões da palavra. Com trinta livros publicados e mais sessenta traduções em uma dúzia de idiomas, exerceu, no Brasil e no exterior, uma grande influência na teoria e prática do desenvolvimento.

Celso Furtado nasceu em 26 de julho de 1920, em Pombal, no coração do sertão semiárido da Paraíba e do Nordeste. Essa região de seca e pobreza extrema gerou um tipo de cultura popular e de ser humano que Furtado expressa claramente em sua auto-definição: “Eu sou como o cacto”. A expressão encerra os elementos que caracterizam a vida e obra de Furtado: austeridade e estoicismo, caráter e valentia, síntese condensada e densa, profundidade sem falso brilho. A essas características originais de sua terra natal se somaria a influência de sua vida no exterior.

No início de 1945, logo após formar-se em Direito, embarca para a Itália, para lutar na Segunda Guerra mundial. Em 1947, instala-se em Paris, onde, em 1948, obtém um doutorado em Economia, na Sorbonne com uma tese sobre a economia colonial brasileira.

Em 1949, une-se à equipe da Comissão Econômica para a América Latina (Cepal), que acabava de ser criada. O Secretário Executivo, Raúl Prebisch, nomeia-o Diretor da Divisão de Desenvolvimento.

Nesse cargo, contribui de forma decisiva para a formulação do enfoque estruturalista da realidade socioeconômica da América Latina, que analisa a especificidade de suas estruturas produtivas, sociais e institucionais e os problemas que apresentam para o processo de desenvolvimento.

O enfoque estruturalista recebeu várias contribuições de Furtado, entre as quais destacam-se: a perspectiva histórica, consagrada em seus livros sobre a formação econômica brasileira e latino-americana; a análise da tendência ao subemprego; em forma muito associada, a análise das relações entre crescimento e distribuição da renda no contexto latino-americano; e, por último, a incorporação de fatores socioculturais e ambientais à análise econômica.

Em 1954, coordena um estudo sobre a economia brasileira, que dá suporte às técnicas de planejamento e que ajudaria na elaboração do Plano de Metas do Presidente Juscelino Kubitschek, referência na história da industrialização brasileira.

Convidado por Nicholas Kaldor, passa os anos de 1957 e 1958 em Cambridge, Inglaterra, onde escreve *Formação econômica do Brasil* (Furtado, 1959a), clássico

da história econômica traduzida para nove idiomas. Essa obra capital do enfoque histórico-estrutural exerceu influência inestimável na formação de uma consciência nacional sobre a identidade histórica brasileira e, em consequência, sobre a necessidade de mobilização em favor de transformações profundas nos planos econômico, político e social.

Durante esses anos, escreveu também os ensaios que depois seriam reunidos em suas duas obras teórico-históricas mais importantes, a saber: *Desenvolvimento e subdesenvolvimento* e *Teoria e política do desenvolvimento econômico* (Furtado, 1961 e 1967). Nelas, expressa conceitos fundamentais, entre eles, que o subdesenvolvimento é um “processo histórico autônomo”, e que não pode ser considerado simplesmente como uma etapa do desenvolvimento econômico por que passam todos os países. E, no contexto da periferia latino-americana, que o crescimento tende a preservar o subemprego e a heterogeneidade tecnológica, a concentração da renda e um grau de injustiça social cada vez maior.

A mensagem era profética: sem uma profunda mobilização social e política, corre-se o risco de perpetuar o subdesenvolvimento.

A mensagem era profética: sem uma profunda mobilização social e política, corre-se o risco de perpetuar o subdesenvolvimento.

Em fins dos anos 1950, quando Furtado regressa ao Brasil, depois de quase dez anos na Cepal,

o Nordeste sofria uma das secas mais dramáticas de sua história. O Presidente Kubitschek lhe pede que prepare um plano para fazer frente à tragédia nordestina (Furtado, 1959b). Esse plano dará origem à Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), agência federal criada para promover o desenvolvimento na região mais pobre do Brasil. Os seis anos em que Furtado dirigiu a Sudene foram considerados os de maior esforço institucional de todos os tempos em favor do desenvolvimento do Nordeste, buscando a reversão do atraso secular em que vivia a região.

Graças a esse desempenho, transforma-se no primeiro titular do Ministério do Planejamento e, a pedido do Presidente João Goulart, em 1962, elabora o Plano Trienal de Desenvolvimento.

As intensas atividades política e executiva à frente da Sudene e do Ministério do Planejamento não diminuíram sua vitalidade intelectual: São desse período os livros *A pré-revolução brasileira* e *Dialética do desenvolvimento* (Furtado, 1962 e 1964).

O restante da década de 1960 é de exílio e fecundidade intelectual. O governo que surgiu do golpe militar de 1964 anula os direitos políticos de Celso Furtado. A vida no exílio inicia-se na Universidade de Yale, e, logo após, Furtado se estabelece na França, onde por vinte anos será professor de Desenvolvimento Econômico da Universidade de Paris I-Sorbonne. Foi também professor em outras uni-

versidades, entre elas, Columbia e Cambridge, onde foi o primeiro titular da cátedra Simón Bolívar. Integrou o Conselho Acadêmico da Universidade das Nações Unidas e foi membro do Comité de Planejamento do Desenvolvimento da ECOSOC/ONU.

A sequência de oito livros publicados — todos de ampla circulação — reflete a impressionante fecundidade intelectual de Furtado, nesse período. Um dos elementos analíticos comuns a várias dessas obras é o conceito de que a industrialização na América Latina não conseguia eliminar a heterogeneidade estrutural e a dependência. Corresponde também a essa época sua análise pioneira sobre os vínculos entre o processo de crescimento e o da distribuição de renda, na qual Furtado argumenta que as características da oferta e da demanda nos países latino-americanos conduzem a processos que tendem a concentrar a renda e a confirmar a heterogeneidade social.

O conjunto de obras do período inspirou toda uma tradição de análise e reflexões na América Latina e no Brasil sobre a necessidade de transformar os estilos ou modelos de desenvolvimento econômico, de reconhecidas importâncias intelectual e política em toda a região.

Nos anos 1980, Celso Furtado regressa ao Brasil. A crise da “década perdida” desses anos, na América Latina, levou-o a uma firme oposição ao tipo de ajuste exigido pelos

credores internacionais, postura que articulou em três livros (Furtado, 1981, 1982 e 1983). Neles, insiste que a forma correta de realizar ajustes é pela via do desenvolvimento das forças produtivas, do progresso técnico, do investimento e crescimento.

Em um desses livros, em 1982, o autor formula perguntas que lamentavelmente continuam vigentes tanto na América Latina em geral como no Brasil em particular.

Devemos aceitar a internacionalização cada vez maior dos circuitos monetário e financeiro, com a consequente perda da autonomia das decisões, numa fase em que o protecionismo dos países centrais se reafirma? Devemos renunciar a uma política de desenvolvimento? Que consequências sociais devemos esperar de uma prolongada redução na criação do emprego? (Furtado, 1982)

Ao longo dessa década, Furtado também se dedicou a escrever sua biografia, uma sabrosa trilogia em que, a começar pelo poder de fixação e evocação dos títulos, tem seu lado poético de memórias sempre unido à elegante concisão da escrita e à densidade do pensamento rigoroso: *A fantasia organizada*; *A fantasia desfeita*; e *Os ares do mundo* (Furtado, 2014). Essas memórias são paralelas a seus estudos sobre a dimensão cultural do subdesenvolvimento, que originaram os livros *Criatividade e dependência* e *Cultura e desenvolvimento em época de crise* (Furtado, 1978 e 1984).

Reinserindo-se na vida política do país, que então retornava à democracia, Furtado foi embaixador do Brasil na Comunidade Econômica Europeia e, em 1986, ministro da Cultura do governo Sarney.

Nos anos 1990 e 2000 verifica-se amplo reconhecimento do aporte de Furtado no exterior. Integrou a South Commission e foi membro da Comissão Mundial para a Cultura e o Desenvolvimento, da Unesco. Em 1996, a Academia de Ciências do Terceiro Mundo cria o Prêmio Internacional Celso Furtado, para o melhor trabalho acadêmico no campo da economia política nos países não desenvolvidos.

Por ocasião de seus 80 anos, em 2000, a Academia Brasileira de Letras, da qual era membro, organizou a exposição *Celso Furtado — Vocação Brasil*, que também foi exibida na sede da Cepal, em Santiago.

O texto acima transcrito emocionou a todos que estavam presentes na cerimônia da UNCTAD, em 2004. Celso Furtado faleceu naquele mesmo ano. Um maravilhoso trabalho de divulgação de sua obra vem sendo feito por sua viúva, a jornalista Rosa Freyre d’Aguiar. Ela emprega sua escrita refinada, erudição e fidelidade às ideias do mestre, na organização e divulgação de suas obras. Recentemente, organizou e publicou um precioso livro de diários de Celso Furtado (2019) e acaba de organizar outro sobre suas correspondências, que está

no prelo, e também promete ser um precioso livro. É uma beleza essa “parceria intelectual” entre Rosa Freyre d’Aguiar e Celso Furtado.

Contribuições ao estruturalismo e sua atualidade

A liderança intelectual exercida pelo pensamento econômico de Furtado no campo do desenvolvimentismo progressista e nacionalista no Brasil deve-se à riqueza e abrangência da teorização estruturalista que formulava para entender a realidade brasileira.

Ele se descrevia como um militante intelectual a serviço da transformação política: “Não fui outra coisa na vida que um intelectual, mas sempre consciente de que os maiores problemas da sociedade exigem um compromisso com a ação [...]” (depoimento em Gaudêncio e Formiga, 1995, p. 39).

De fato, com o estruturalismo, transmitiu como ninguém o entendimento sobre a natureza do subdesenvolvimento brasileiro e o imenso desafio contido na realidade brasileira para um projeto de ação transformadora da sociedade.

As contribuições de Furtado à teoria estruturalista serão descritas na presente seção. Antes de fazê-lo, é necessário um breve registro dos elementos centrais à argumentação estruturalista cepalina.

Como antes informado, Furtado chegou na Cepal em

“Não fui outra coisa na vida que um intelectual, mas sempre consciente de que os maiores problemas da sociedade exigem um compromisso com a ação [...]”

1949, depois de ter defendido uma tese na Sorbonne, sobre a história colonial brasileira. Trabalhou naqueles anos iniciais da agência da ONU com Raúl Prebisch, o grande economista argentino fundador do pensamento estruturalista latino-americano. Desse encontro, surgiu o método histórico-estrutural, que Furtado usou em toda sua vida. É um método que faz a interação entre o enfoque “histórico-indutivo”, e o marco teórico estruturalista (“dedutivo”): A análise das estruturas subdesenvolvidas aparece como referência teórica genérica, para o exame das tendências históricas, dando lugar a uma análise que considera os comportamentos dos agentes sociais e a trajetória das instituições

A pergunta que cabe fazer antes de entrar nas contribuições do mestre é: O que é a teoria estruturalista difundida e enriquecida por Furtado? Por que foi tão influente e é tão atual? Por que o estruturalismo e, con-

sequentemente, toda a obra de Furtado são tão atuais?

A resposta é simples e triste: Porque, apesar de alguns avanços socioeconômicos, o subdesenvolvimento na América Latina e no Brasil ainda não se desfez.

A teoria estruturalista clássica analisou o subdesenvolvimento latino-americano “periférico”, por contraste às economias “centrais”, em três aspectos básicos do subdesenvolvimento, em nossa região, que se mantêm atuais.

Primeiro, o estruturalismo dizia, nas origens, que aqui na periferia há baixa diversidade das estruturas produtiva e exportadora, determinando uma pressão de demanda, em simultâneo nos vários setores, difícil de administrar, ao tornar o processo de crescimento e industrialização muito exigente em matéria de investimento e divisas estrangeiras. Hoje, o “neoestruturalismo” da Cepal não mais diz que há baixa diversidade, e sim decrescente e inadequada diversidade (decrescente, devido à desindustrialização, e inadequada porque nos falta a ponta tecnológica).

Segundo, o estruturalismo inaugural argumentava que existia em nossos países forte heterogeneidade estrutural, vale dizer, o fato de que alguns setores trabalhavam com produtividade elevada, mas a maioria dos ocupados trabalhava com produtividades reduzidas. Isso, infelizmente, até hoje não mudou. O neoestruturalismo atual reafirma que há enorme contingente de pessoas

ocupadas com baixos níveis de produtividade, em relações de trabalho informais e precárias. Isso tanto era parte central de nosso subdesenvolvimento, nos anos 1950, como continua sendo atualmente. Os reflexos são a enorme pobreza e a péssima distribuição de renda, apontando para uma demanda social insatisfeita por programas de proteção social, por reforma tributária redistributiva da renda, por elevação contínua do salário mínimo, por fortalecimento dos sindicatos para aumentar o poder de barganha dos trabalhadores, etc.

Terceiro, os estruturalistas, nas origens, diziam também, de modo geral, que havia atraso institucional e, conseqüentemente, desperdício de parte do excedente econômico, devido a investimentos improdutivos e consumo supérfluo, com empresariado e Estados nacionais pouco vocacionados ao investimento e ao progresso técnico. Com algumas adaptações, a teorização dos anos 1950 tem sua atualidade no que se refere ao atraso institucional ou inadequação institucional para as tarefas do desenvolvimento:

- A institucionalidade deixa muito a desejar em termos de proteção social;
- O sistema educacional tem muitas insuficiências;
- Os sistemas de ciência e tecnologia melhoraram no que diz respeito à produção acadêmica, mas são muito falhos no que diz respeito à inovação por empresas produtivas — por exemplo,

não há empresas nacionais na indústria que sejam de grande porte, portanto, capazes de aumentar o valor adicionado, porque lhes falta poder de mercado em escala internacional e capacidade de inovação;

- Apesar do fato de que nossas economias são profundamente financeirizadas, nossa institucionalidade financeira é precária, em matéria de profundidade do sistema financeiro para acolher exigências de longo prazo, inclusive na esfera da habitação;

- Não temos um bom sistema de proteção do meio ambiente; falta-nos principalmente fiscalização e punição das transgressões, etc.

É interessante observar que foi com base nesse contraste entre países desenvolvidos e países da América Latina que surgiram todas as teses mais conhecidas da Cepal: análise das relações centro-periferia (de inserção internacional desfavorável); deterioração de termos de troca; desequilíbrio estrutural na balança de pagamentos; a tese estruturalista da inflação; a tese da resiliência do subemprego, etc.

Isto posto, passemos às principais contribuições de Celso Furtado ao estruturalismo. São três, as mais marcantes:

1 - Furtado incluiu uma dimensão histórica de longo prazo à abordagem estruturalista, em *Formação econômica do Brasil* e em *Formação econômica da América Latina* (Furtado, 1959 e 1969);

2 - Fez a análise da tendência à continuidade do subemprego, em *Desenvolvimento e subdesenvolvimento* (Furtado, 1961); e

3 - Fez a integração analítica entre estruturas produtivas e distributivas, em *Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina* e em *Teoria e política do desenvolvimento econômico* (Furtado, 1966 e 1967).

A contribuição de maior peso foi a inclusão da dimensão histórica de longo prazo, principalmente com *Formação econômica do Brasil*. Nele, o autor visita a história econômica brasileira para conceder autonomia teórica e legitimidade empírica ao estruturalismo. De fato, *Formação econômica do Brasil* é mais do que uma contribuição sobre história, pois representa uma contribuição analítica de peso. Em meu livro sobre pensamento econômico brasileiro eu a chamo de “a obra-prima do estruturalismo brasileiro” (Bielschowsky, 1995).

Uma das chaves empregadas em *Formação econômica do Brasil* para o entendimento da formação econômica brasileira é a comparação entre o Brasil, entendido como colônia de exploração mercantil para exportação, e as colônias da América do Norte. Trata-se de um “keynesianismo” pela negativa: Furtado contrasta repetidamente as duas modalidades, argumentando que a norte-americana foi gradualmente diversificando seu aparelho produtivo, de forma concomitante a uma propriedade e uma renda mais desconcentradas do que aqui

na colônia de exploração brasileira - ou seja, com maiores homogeneidades produtiva e social. Aqui, o efeito multiplicador de renda e emprego vazava ao exterior, via importações, impedindo a diversificação produtiva, e mantendo boa parte da população em atividades de subsistência, com rendimentos correspondentes à baixa produtividade.

Na construção do argumento da formação do subdesenvolvimento como fenômeno histórico, Furtado mostra como, no “ciclo do açúcar”, não se cria mercado interno capaz de gerar uma economia diversificada que se autoimpulsione; e, com a pecuária no “*hinterland*”, é criada vasta economia de subsistência, que vai se perpetuando ao longo dos séculos da história nordestina, com a estagnação secular da própria agricultura canavieira.

O subdesenvolvimento vai se enraizando na estrutura produtiva nordestina e, depois, o mesmo vai ocorrer no Centro-Sul. É o Brasil da baixa diversidade produtiva e exportadora e da profunda heterogeneidade estrutural. Espelhando esse processo, instala-se profunda desigualdade social, em cujas condições estaria se processando a industrialização.

O que começa no Nordeste se reforça com o “ciclo da mineração”: apesar de maior fluxo de renda monetária, e mesmo estimulando toda uma ocupação territorial baseada no gado, a involução do ciclo do ouro vai dar lugar à extensão e per-

petuação do subdesenvolvimento, vale dizer, baixa diversidade produtiva e heterogeneidade estrutural, com uma população trabalhando no campo de forma subordinada a grandes proprietários com relações de trabalho e remuneração precárias.

Isso não se desfaz no “ciclo do café”: O problema da mão de obra e a transição para o trabalho assalariado ocupam vários capítulos do livro (justificando a solução de imigração europeia): o ciclo do café representa a justaposição da modernidade do café sobre o subdesenvolvimento prévio. A mão de obra empregada no café não será nem o escravo liberto nem o vasto campesinato pobre distribuído pelo Brasil afora, que subsistia em minúsculas propriedades e em subordinação aos grandes latifúndios.

A formação de massa monetária, com trabalho assalariado, que compõe o mercado interno, embora viesse a ser a base para o posterior “deslocamento do centro dinâmico para a indústria”, não seria capaz de desfazer a economia de subsistência. Mais ainda, o ciclo do café se fez com um fluxo de imigrantes europeus pobres, que ampliaria a disponibilidade de mão de obra, cujos rendimentos do trabalho eram baixos, não acompanhando a elevação da produtividade do polo moderno, quando esse aumento eventualmente ocorria. Ou seja, o fluxo migratório ampliou a reserva de mão de obra, permitindo que a economia cafeeira se expandisse por muito tempo sem que os salários reais se elevassem.

Toda essa análise era datada: *Formação econômica do Brasil* foi publicado num momento em que era necessário confirmar a condução deliberada do processo problemático de industrialização então em curso. Ela vinha ocorrendo sobre estrutura produtiva e social atrasada, profundamente subdesenvolvida, e precisava de ação coordenada pela sociedade e pelo Estado para dar velocidade e eficiência ao crescimento com transformação estrutural.

O livro tinha mesmo que ser um marco na historiografia econômica. É metodologicamente poderoso, e vai mostrando ao longo dos séculos os processos históricos de formação das estruturas econômica e social subdesenvolvidas no Brasil. Em *Formação econômica do Brasil*, o autor ainda é relativamente otimista, ou moderadamente cético. Dois anos mais tarde, em *Desenvolvimento e subdesenvolvimento* (Furtado, 1961), a novidade é a análise da tendência à continuidade do subemprego, já numa linguagem mais pessimista. Foi sua segunda contribuição ao estruturalismo. Ao que tudo indica, foi o primeiro intelectual a assinalar a tendência à resiliência do subemprego na América Latina.

Muito brevemente, seguem alguns dos elementos analíticos principais da obra:

1 - O subdesenvolvimento é uma das linhas históricas de projeção do capitalismo industrial central em nível global: A que se faz por meio de empresas capitalistas multinacionais modernas sobre estruturas arcaicas, for-

mando “economias híbridas” (e profundamente “heterogêneas”) - uma teorização de 1961 que se pode considerar fundacional das teorias da dependência logo depois formuladas;

2 - O subdesenvolvimento é um processo em “si mesmo”, que tende a se perpetuar, e não uma simples “etapa de desenvolvimento” pela qual passam todos os países; e

3 - A estrutura ocupacional com oferta ilimitada de mão de obra altera-se nas economias subdesenvolvidas de forma lenta, porque o progresso técnico, capital-intensivo, é inadequado à absorção dos trabalhadores ligados à vasta economia de subsistência. O sistema tende à concentração de renda, e a um grau de injustiça social crescente.

A terceira contribuição básica de Furtado (1966) ao estruturalismo é um desdobramento lógico das duas anteriores. No livro *Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina* nosso autor estava propondo um novo projeto para o Brasil, de crescimento com redistribuição de renda. Nesse esforço, fez a integração entre estruturas distributivas (e perfis de demanda) e estruturas produtivas (ou seja, padrões de oferta, que se realizam pela via da acumulação de capital e do progresso técnico).

São os seguintes os elementos principais da construção analítica:

1 - A composição da demanda, que reflete as estruturas de propriedade e renda concentradas,

predetermina a evolução da composição da oferta, ou seja, o padrão de industrialização;

2 - O investimento, assim determinado, reproduz o padrão tecnológico dos países centrais, intenso em capital e em economias de escala; isso mantém ilimitada a oferta de mão de obra, ou seja, não desfaz o enorme contingente de trabalhadores disponível a baixos rendimentos, o que, por sua vez, impede que o aumento de produtividade se traduza em aumento de salários; e

3 - O modelo é, portanto, de mudança estrutural voltada a uma elite consumidora.

A interação entre “estruturas” de demanda e de oferta determina um certo “modelo” ou “estilo” de crescimento. Isso foi analiticamente inovador, na época.

Furtado concluiu que o sistema tende à estagnação por rendimentos decrescentes de escala, queda na rentabilidade e, portanto, desincentivo ao investimento. Na falta de uma urgente redistribuição da renda, todos perderiam, trabalhadores e empresários, porque a economia estaria fadada a lento ou nenhum crescimento.

A conclusão de que a economia tenderia à estagnação foi criticada por razões teóricas e, principalmente, porque se mostrou empiricamente equivocada. A publicação, em 1967, saiu na véspera do crescimento mais acelerado por que o país já passou, o do período chamado de “milagre perverso” - devido ao rápido



Foto: Pixabay/Adina Voicu

crescimento aliado a forte concentração da renda.

O “estagnacionismo” não pode, porém, ofuscar o brilhantismo da análise, contido na inédita integração entre estruturas produtivas e estruturas distributivas para entender a dinâmica econômica. A construção analítica teve, ademais, na evolução das ideias brasileiras, o mérito de dar partida a uma história intelectual e de projeto político para o Brasil que está viva até hoje.

De fato, a obra abre toda uma temporada de debates e reflexões sobre crescimento e redistribuição de renda, numa trajetória que iria desaguar, muitos anos mais tarde, na estratégia de desenvolvimento proposta em vários documentos importantes do Partido dos Trabalhadores (1994 e 2002), ou seja, a do crescimento com redistribuição de renda pelo mercado interno de consumo de massa.

Vale a pena recordar, em breves palavras, essa trajetória. Alguns anos depois da publicação da obra, em 1969, e já com ampla evidência de dinamismo na economia brasileira, Maria da Conceição Tavares e José Serra escreveram o *Além da estagnação* (Tavares e Serra, 1973), argumentando que, infelizmente, o país pode, sim, ter uma economia muito dinâmica mesmo concentrando a renda, e que a concentração estaria sendo perversamente funcional ao modelo de acumulação de capital em curso, nos finais dos anos 1960 e inícios dos 1970. Em *Análise do modelo brasileiro*, Furtado (1972), argumenta que a forma de contor-

nar a escassez de demanda resultante da má distribuição de renda teria sido a criação do sistema de crédito ao consumidor e o incentivo governamental ao aumento da renda da classe média. Esse tipo de recurso estaria substituindo de forma espúria a relação virtuosa entre investimento, produtividade e salários (“anel de *feedback*”), que permitiria um rápido crescimento econômico com melhoria da distribuição da renda.

A partir daí, cria-se no imaginário coletivo das forças progressistas do país, nos anos 1970, a ideia de que a restauração da democracia, além do valor superior da liberdade, teria a função de permitir que a população pressionasse os governos para mudar o modelo de desenvolvimento, de maneira a incluí-la como beneficiária do crescimento econômico.

Ou seja, pode-se aumentar salários e redistribuir renda sem precisar alterar de forma substancial a estrutura produtiva que existe, bastam algumas adaptações na produção de bens a perfis de rendimentos de famílias das classes menos favorecidas.

Anos mais tarde, com base em pesquisas com amostras de domicílio sobre consumo, realizada por vários pesquisadores, Antônio Barros de Castro, outro importante intelectual brasileiro na linha estruturalista – tal como Conceição Tavares e Carlos Lessa –, daria um novo salto de qualidade nessa evolução analítica. Segundo Castro (1990), as evidências empíricas mostravam que, toda vez que são aumenta-

dos os rendimentos da população pobre do país, o que se verifica é uma expansão na demanda por bens e serviços produzidos pelos segmentos “modernos” (alimentos processados, vestimentas, televisores, geladeiras, transporte, energia elétrica, etc), e a correspondente expansão da oferta.

Essa visão iria figurar, por exemplo, em documentos de campanha do Partido dos Trabalhadores (1994 e 2002), e em planos plurianuais dos governos Lula e Dilma (Ministério do Planejamento, 2003 e 2007).

Furtado deu outras contribuições analíticas importantes, além das antes assinaladas. Sem entrar em detalhes, cabe apenas assinalar:

1 - Exerceu grande influência na elaboração da teoria estruturalista da inflação, por Noyola Vasquez (1957) e Osvaldo Sunkel (1958);

2 - Nos anos 1970, sob a influência do Clube de Roma, Furtado (1974) argumentou que a disponibilidade de recursos naturais e a sustentação do meio ambiente colocavam limites à incorporação de todos os países no rol de nações desenvolvidas – o planeta não aguentaria –, de modo que o desenvolvimento universal não passa de um mito, do ponto de vista de sustentabilidade ambiental;

3 - Como mencionado, em diferentes momentos, nosso autor faz também toda uma contribuição à questão da dependência na cultura, argumentando que a América Latina tinha uma cultura persistentemente travada pela depen-

dência a padrões produtivos e de consumo dos países desenvolvidos (Furtado, 1978 e 1984).

A modo de conclusão, seguem breves especulações sobre a realidade brasileira de 2020, à luz do pensamento de Furtado

Já assinalamos, na seção anterior, a atualidade do pensamento estruturalista de Furtado relativamente ao subdesenvolvimento da América Latina e do Brasil. Arrisco, a título de meras especulações finais, imaginar como Furtado estaria pensando o Brasil de hoje. As considerações podem ser divididas em três partes: o ano anômalo e terrível da pandemia (curto prazo); tendências dos últimos anos e as prováveis tendências dos próximos anos (médio prazo); e proposições quanto a um projeto sobre o futuro (longo prazo).

Furtado estaria, obviamente, triste e apreensivo, quanto às perspectivas do Brasil de 2020 e dos próximos anos. Na perspectiva de longo prazo, como ele tendia a acreditar no futuro do Brasil, mas desconfiava das elites, possivelmente manteria algum otimismo cauteloso, ressaltando que tudo depende da evolução política.

Sobre o ano de 2020, obviamente, ninguém imaginou uma crise como a registrada. Certamente, Furtado estaria angustiado com o que está ocorrendo no mundo em geral e, em particular, no Brasil. Estaria perplexo e chocado com a forma como a crise da saúde é admi-

nistrada por aqui, e entre triste e indignado com o fato de que o país tem estado sobressaltado com um carregado clima político antidemocrático.

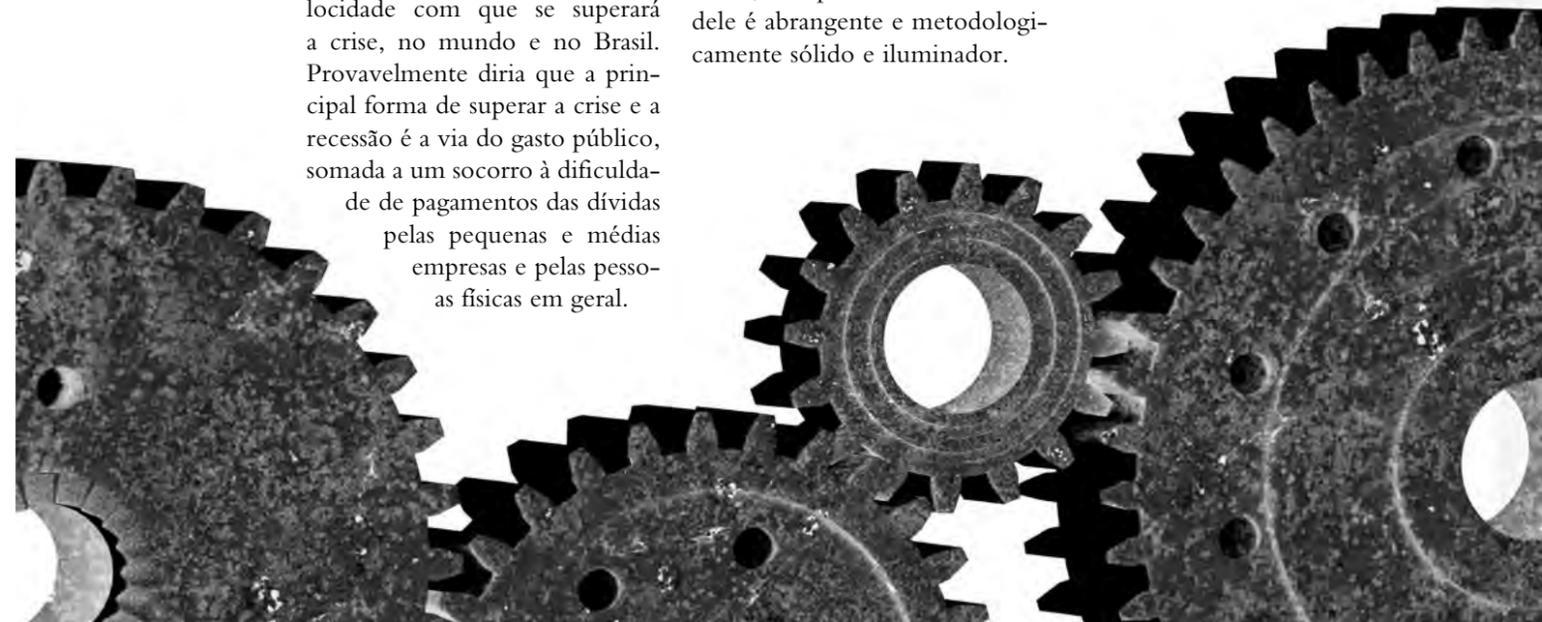
E estaria preocupado com a forma como o governo está administrando a crise econômica, gerando incertezas e atrasos na concessão de apoios a pessoas, empresas, estados e municípios, e com tremenda omissão no que se refere ao crédito aos pequenos e médios empresários. Imagino que estaria temendo que, quando a pandemia for finalmente controlada, por efeito de vacina eficaz, a saída da crise conterà, entre seus muitos problemas, o fato de que as pessoas e as empresas estarão muito mais endividadas do que no passado: as empresas umas com as outras, as empresas e pessoas físicas relativamente aos bancos (porque os juros parcialmente suspensos continuaram aumentando a dívida) e ao fisco (que adiou pagamentos) – resultando em falências e em concentração de mercados nas mãos das empresas de maior tamanho. E teria sérias dúvidas sobre a velocidade com que se superará a crise, no mundo e no Brasil. Provavelmente diria que a principal forma de superar a crise e a recessão é a via do gasto público, somada a um socorro à dificuldade de pagamentos das dívidas pelas pequenas e médias empresas e pelas pessoas físicas em geral.

Possivelmente, argumentaria também que, antes da pandemia, a economia brasileira estava patinando, e que faz tempo que as perspectivas andam desfavoráveis. O PIB brasileiro pré-Covid, em 2019, ainda era menor do que em 2013, e com base nessa evidência, penso que diria que a fórmula adotada desde 2015 de cortar gastos para reduzir o déficit fiscal acentua a recessão, e que maior recessão implica menor arrecadação e, portanto, maior déficit fiscal, num círculo vicioso. E se oporia ao teto de gastos e à chamada regra de ouro no plano fiscal, tanto pelos efeitos negativos sobre a economia como pelos cortes perversos em saúde, educação, etc.

No plano das questões de longo prazo, que foi o campo por excelência do pensamento de Furtado, ele certamente estaria instigando proposições sobre um novo projeto de desenvolvimento, integral, que articule os planos macroeconômico, produtivo, social, ambiental, democrático e de soberania nacional. Nisto, o pensamento clássico dele é abrangente e metodologicamente sólido e iluminador.

Dado o método que ele usava, ao pensar no longo prazo, por certo começaria contextualizando o Brasil no mundo, e pensaria a economia brasileira diante do gigantesco problema de nossa inserção desfavorável nas novas relações centro-periferia – ou, como se diz hoje, na atual fase de globalização produtiva e financeira. Ele, provavelmente, começaria a reflexão fazendo considerações sobre isso e sobre o imenso desafio para nós da revolução tecnológica global e da mudança climática, e estaria se perguntando como aproveitar-se da nova geopolítica bipolar entre Estados Unidos e China.

Provavelmente, acentuaria também o fato de que o neoliberalismo, em conjunto com a crescente financeirização que o acompanhou nas últimas décadas, tem determinado crescimento medíocre, desindustrialização, desemprego, baixo investimento, redução da proteção social, piora na distribuição da propriedade e da renda, persistência de pobreza, e destruição da natureza.



E atacaria o projeto socioeconômico dos governos Temer e Bolsonaro, por agravar o subdesenvolvimento no Brasil. Estaria se opondo veementemente à proposição de deixar que as forças espontâneas de mercado operem livremente para que se resolvam os graves problemas econômicos e sociais que persistem no país. E estaria opondo-se à eliminação de uma série de direitos trabalhistas na reforma realizada durante o governo Temer, e à exposição dos trabalhadores mais pobres e vulneráveis a uma aposentadoria aos 65 anos de idade, realizada na recente reforma no atual governo.

No plano econômico, seu olhar desenvolvimentista e estruturalista estaria provavelmente apontando para a importância de ser realizado um projeto governamental de forte ampliação da infraestrutura econômica e social – criticando, por exemplo, o projeto de privatização do saneamento básico, por sua irresponsabilidade social – e, muito especialmente, um programa radical de recuperação, modernização e diversificação da indústria brasileira. Penso que daria três motivos para a ênfase no setor industrial: A necessidade de enfrentar o problema crescente do desemprego; o fato de que é o setor de mais alta produtividade e o maior criador e difusor de inovações; e, não menos relevante, o fato de que sem indústria (sem substituição de importações e promoção de exportações industriais) nos faltarão os dólares para pagar as contas externas – tornando-nos crescentemente dependentes de entradas de capitais de curto prazo para fechar nossa balança de paga-

mentos, e sendo levado, para isso, a elevar os juros internos e, assim, a travar o crescimento.

Furtado estaria, possivelmente, sugerindo a elaboração de um novo projeto de longo prazo para o Brasil, e de acordo com a ideia de uma relação virtuosa entre Estado, empresas e trabalhadores, em torno de quatro espaços de atuação do Estado:

1 - *Proteção social universal* (acesso amplo a bens e serviços públicos, financiados com impostos progressivos, cobertura universal, previdência social pública e solidária, direito à assistência social), e elevação contínua do salário mínimo;

2 - *Macroeconomia de pleno emprego* (com harmonia entre políticas de crescimento e políticas anti-inflacionárias, ou seja, pleno emprego com estabilidade macroeconômica, salários acompanhando ganhos de produtividade, trabalho formalizado, sindicatos fortes), acompanhada dos devidos cuidados com a vulnerabilidade externa;

3 - *Programas e políticas industriais, tecnológicas e de infraestrutura* com perspectivas de investimentos em médio e longo prazos, de modo a aumentar a diversidade produtiva; aumentar a produtividade e a competitividade da economia brasileira; e a dar espaço ao país para crescer sem problemas de balanço de pagamentos. E, muito especialmente, todo um estímulo aos investimentos nas frentes de expansão inscritas na lógica de operação da economia brasileira, como são os casos dos investimentos destinados ao mercado

interno de consumo em massa; à infraestrutura econômica e social; e ao bom aproveitamento dos nossos imensos recursos naturais;

4 - *Harmonia entre crescimento e preservação da natureza*, rigorosa fiscalização contra a destruição das florestas brasileiras e da biodiversidade em geral e contra os demais fatores de emissão de gás produtor de efeito estufa etc., e exigência de boa governança dos nossos recursos naturais, no que se refere a impactos sociais e ambientais e a controle nacional sobre os recursos.

Estaria provavelmente sonhando com um Brasil solidamente republicano, democrático, soberano, absolutamente solidário com os direitos básicos da cidadania em todas as suas dimensões. E estaria provavelmente recomendando que a ação incipiente de crescimento com melhorias distributivas ensaiada nos anos 2000 e início dos anos 2010 tivesse continuidade e fosse aperfeiçoada, superando-se suas falhas e envolvendo em forma permanente a nação nas décadas seguintes, num estilo de desenvolvimento com transformação socioeconômica beneficiadora da população como um todo.

Notas

¹Este texto é uma versão modificada daquele que foi publicado na 1ª série do número 2 da Revista Rosa em 14/9/2020.

²Este texto reproduz, com algumas adaptações, uma exposição oral feita pelo autor ao Centro Internacional Celso Furtado (CICEF), em julho de 2020, como parte das celebrações do centenário de Furtado. A exposição teve por base Bielschowsky (1995 e 2006).

³A fala foi preparada a pedido do próprio Embaixador por Rosa Freyre d'Aguiar e pelo autor do presente texto

Referências

BIELSCHOWSKY, Ricardo. Pensamento econômico brasileiro (1930-1964) - o ciclo ideológico do desenvolvimentismo. Rio de Janeiro: Contraponto, 1995.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. Vigência de los aportes de Celso Furtado al estructuralismo, *Revista Cepal*, Santiago, Chile, n.88, p.7-15, abr. 2006.

BRASIL. *Plano Plurianual 2004-2007*. Brasília: Ministério do Planejamento, 2003.

BRASIL. *Plano Plurianual 2008-2011*. Brasília: Ministério do Planejamento, 2007.

CASTRO, Antonio B. O Brasil a caminho do mercado de consumo de massa. In: REIS VELLOSO, João P. (coord.). *As perspectivas do Brasil e o novo governo*. São Paulo: Nobel, 1990.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1959a.

FURTADO, Celso. *Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1959b.

FURTADO, C. Desenvolvimento e subdesenvolvimento. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

FURTADO, C. A pré-revolução brasileira. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962.

FURTADO, C. Dialética do desenvolvimento. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.

FURTADO, C. Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

FURTADO, C. Teoria e política do desenvolvimento econômico. São Paulo: Editora Nacional, 1967.

FURTADO, C. Formação econômica da América Latina, Rio de Janeiro: Lia Editora, 1969.

FURTADO, C. Análise do “modelo” brasileiro, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.

FURTADO, C. O mito do desenvolvimento econômico. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

FURTADO, C. Criatividade e dependência na civilização industrial. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

FURTADO, C. O Brasil pós-“milagre”, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

FURTADO, C. A nova dependência, dívida externa e monetarismo, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

FURTADO, C. Não à recessão e ao desemprego. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FURTADO, C. Cultura e desenvolvimento em época de crise. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

FURTADO, C. Obra autobiográfica, 3 vols. . São Paulo: Paz e Terra, 1997.

FURTADO, C. Diários intermitentes: 1937-2002. São Paulo: Companhia da Letras, 2019.

GAUDÊNCIO, F. S. E FORMIGA, M. Era da esperança: teoria e política no pensamento de Celso Furtado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

NOYOLA-VÁSQUEZ, J. Inflación y desarrollo económico en México y Chile, *Panorama Económico*, n° 170, Santiago de Chile, jul., 1957.

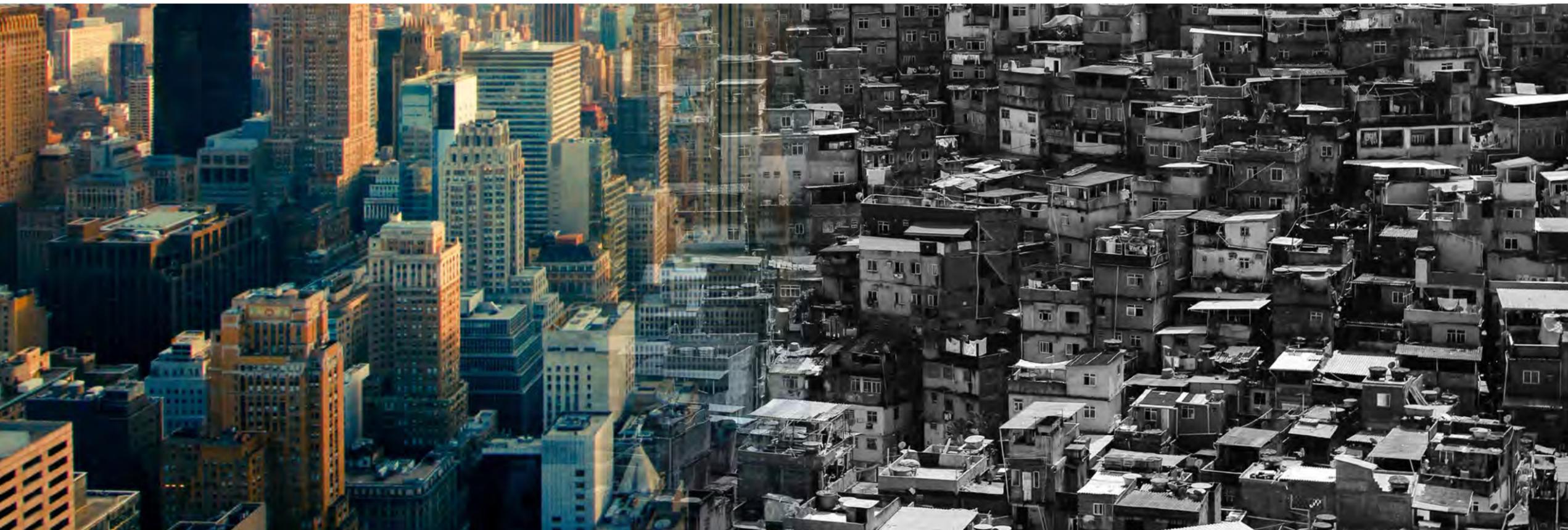
Partido do Trabalhadores. Uma revolução democrática no Brasil, 1994.

Partido do Trabalhadores. Um Brasil para todos, 2002.

SUNKEL, O. La inflación chilena, un enfoque heterodoxo, *El Trimestre Económico*, out./nov., 1958.

TAVARES, M. C. e SERRA, J. Além da estagnação. In: TAVARES, M. C. Da substituição de importações ao capitalismo financeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

Planejamento Regional e Urbano:



A atualidade de Celso Furtado

À luz das profundas desigualdades internacionais, nacionais e sociais, agravadas pela corrente crise pandêmica, a obra de Furtado demonstra sua originalidade e atualidade como instru-

mentais teórico e analítico para o entendimento dos diferentes processos de crescimento econômico sem inclusão social e como guia para a busca do verdadeiro desenvolvimento. Entendido como

aquele que combina melhoria das condições materiais, com justiça social e liberdade. Por tudo isso, embora não o tenha recebido, em vida, entendemos que Furtado possuía todos os atribui-

tos para ser considerado um legítimo Prêmio Nobel.

No caso brasileiro, Furtado é autor central para o debate sobre

em consistente embasamento teórico, imbuídos de real interesse e vontade de mudar a realidade brasileira se apresentem. O debate público brasileiro que tem

para o planejamento e para a ação sobre o desenvolvimento regional e urbano. Destacarei apenas alguns pontos.

1. Desenvolvimento e território

Como Furtado demonstrou, não há como separar as diferentes dimensões do desenvolvimento ou do subdesenvolvimento de sua articulação com o território, como indicam as diferenças internacionais e intranacionais.

Em um país como o Brasil, com extensa dimensão territorial, diversidade ambiental, econômica, demográfica e cultural se torna imprescindível que tais dimensões sejam consideradas e fortemente articuladas para se pensar o desenvolvimento.

Desde seus primeiros escritos, Furtado compreendeu essas dimensões. Em sua análise sobre o subdesenvolvimento demonstra a natureza estrutural deste, não só pela defasagem econômica como também pelas desigualdades social e territorial. Compreendeu que o território contém atributos naturais e construídos, atores e agentes, cultura, identidade e sentimento de pertencimento, diferentes padrões institucionais e valores políticos, decorrentes de suas heranças históricas e condicionantes naturais. Assim, o desenvolvimento regional e a redução das desigualdades sociais

o desenvolvimento, que nos últimos anos tem sido rasteiro e confuso, com poucas ideias novas, carecendo da retomada dos autores e ideias que possam orientar as lideranças políticas, os gestores públicos e a sociedade em geral. A crise econômica, política e institucional em que se arrasta o país nos últimos anos requer que homens públicos, baseados

se dedicado a discutir a pandemia e a economia como sendo inconciliáveis apenas demonstra a pequenez, incapacidade e falta de visão. Nesse contexto, a obra e atuação de Celso Furtado se sobressaem de forma ainda mais relevante e atual.

Em especial, sua obra continua como referência e guia

não podem ser pensados fora do contexto territorial em que foram criadas e se consolidaram.

2. Compromisso político e social

A simbiose entre o ambiente cultural e o regional, no qual Celso nasceu e viveu sua infância, em contraste com sua formação teórica e militância mundial, lhe imbuíram um sentimento de profundo compromisso social, orientando sua atuação como intelectual e homem público.

Em sua interpretação, estão os fundamentos para se entender as condições da formação de uma sociedade subdesenvolvida no Brasil. A ocupação do território foi orientada para objetivos mercantis, como comprovam as atividades desenvolvidas ao longo de todo o período colonial: pau-brasil, açúcar, café. Havia trabalho escravo e não servil porque o escravo também era uma mercadoria. As exportações iam diretamente das regiões produtoras para os portos, não permitindo o comércio inter-regional.

Mesmo após a independência, o Brasil manteve seus níveis de especialização produtiva voltados para produtos primários. O denominado “modelo primário exportador” foi uma das razões básicas para explicar a manutenção do subdesenvolvimento latino-americano e brasileiro. Assim, não se formou o mercado interno, até hoje entendido como um obstáculo histórico e

recorrente à distribuição de renda e à integração territorial, política e social e, conseqüentemente, da coesão nacional.

Sua análise avança sobre as questões anteriormente formuladas a respeito da natureza da colonização, a crise do setor primário exportador e a oportunidade aberta para a industrialização, entendida como central no processo de desenvolvimento. A partir desses fundamentos, aprofunda a análise do subdesenvolvimento, demonstrando que este é o resultado de um processo histórico estrutural, que tenderia a se perpetuar, caso não houvesse uma ação consciente e instrumentalizada pelo planejamento, em prol de mudanças estruturais e da industrialização.

Mais de setenta anos após sua interpretação, o Brasil continua como exportador de bens primários e mantém seus níveis de desigualdade regional e social. A indústria, entendida por ele como um caminho para a ruptura do subdesenvolvimento, após um período de expansão, vem regredindo. Ou seja, o país encontra-se em processo de desindustrialização e retorno dominante ao modelo primário exportador.

3. As diferentes escalas territoriais

Desde o início, Furtado indicou a necessidade de se trabalhar com diferentes escalas territoriais, como indica sua ação como criador e gestor da Sudene.

Diante das dificuldades impostas pelo recorte político administrativo do território entre as escalas nacional, macrorregional, estadual e municipal, criou o Conselho Deliberativo, através do qual se articulava a posição dos governadores da região com a administração federal. Procurou, também, ver o Nordeste do Brasil em sua articulação nacional e internacional.

Os dados estatísticos indicam que o Nordeste, após setenta anos do diagnóstico original que fundamentou a criação da Sudene ainda continua com uma renda *per capita* que subiu apenas de 47% para 51% da média nacional. Ressalte-se que esses resultados foram obtidos apenas na última década, com a implementação de políticas sociais horizontais e de alguns projetos produtivos induzidos no período, mas com risco de descontinuidade.

Embora não explícitos no diagnóstico original, Furtado demonstrou a necessidade de se articular o desenvolvimento regional com o desenvolvimento e a estrutura urbana. Entendeu que o urbano comanda e estrutura o território e, portanto, são dimensões que não podem ser desvinculadas.

A título de ilustração, ao longo dos últimos setenta anos, a população brasileira foi multiplicada por mais de 4, subindo de 50 para 210 milhões de habitantes. No mesmo período, o grau de urbanização subiu de 30% para 85%, criando-se mega concentrações, onde os problemas sociais se agravam.

4. A questão federativa e tributária

A concentração de recursos e de poder na esfera federal continua como obstáculo à ampliação da capilaridade das políticas públicas, o que adiciona as desigualdades entre os entes federativos, dificultando uma melhor articulação entre eles.

Por outro lado, o sistema tributário brasileiro é fortemente regressivo. Alta carga tributária indireta, onera as camadas mais desfavorecidas. Baixa tributação sobre a renda, beneficia os mais ricos.

Nesse sentido, é urgente um novo pacto federativo que descentre recursos e atribuições do governo federal para as instâncias subnacionais. Juntamente, uma reforma tributária que reduza a tributação indireta e amplie a tributação sobre a renda.

Há, no entanto, que controlar a “guerra fiscal” entre os entes federados subnacionais. Ela compromete recursos públicos, desvia preços relativos, beneficia os grupos empresariais com maior capacidade de pressão política, e os estados com maior capacidade de negociação e atração de investimentos. Essas ações acabam por comprometer os objetivos e os esforços das políticas regionais e sociais.

Todos esses elementos apontam para o desafio de se combinar ou articular a atuação do Mercado e do Estado. Como combinar competição e coope-

ração entre instâncias governamentais, agentes e atores.

“Cultura é a dimensão qualitativa de tudo que cria a humanidade, impregnada em todos os momentos de nossa vida, como resposta aos problemas permanentes da humanidade”

5. Educação, ciência e tecnologia

Furtado entendeu sempre que a melhoria do sistema educacional era uma condição para o desenvolvimento. É através dela que se proporciona a inclusão social e a consciência política, e o caminho para a capacitação e treinamento da força de trabalho.

Em momento de rápida corrida educacional, científica e tecnológica mundial, o país se vê diante da ampliação das desigualdades internacionais. Urge, portanto, uma ênfase em educação. Além da educação superior, da pós-graduação e da pesquisa, que avançaram nos últimos anos, o país continua com uma enorme defasagem em

sua educação básica, comparativamente à situação social interna e à posição internacional. Os desníveis salariais entre o professor da educação básica, a valorização da escola pública e a generalização da escola pública em tempo integral, continuam como um grande obstáculo ao desenvolvimento brasileiro com justiça e integração social e, portanto, meio para melhorar a posição do país no contexto internacional.

6. Cultura e desenvolvimento

Nas últimas décadas do século XX, Furtado enfatizou o papel da cultura e da criatividade no desenvolvimento, com destaque para *Criatividade e dependência*, publicado em 1978. Como Ministro da Cultura do Brasil, entre 1986 e 1988, deu grande destaque, apoio e dimensão ao desenvolvimento cultural do Brasil. Sobre esse período, muitas palestras e seminários vêm sendo resgatados, organizados e publicados por Rosa Freire, entre eles Ensaio sobre Cultura e o Ministério da Cultura, 2012. Destaca-se também o relatório elaborado por um grupo de especialistas internacionais, a pedido da Unesco, sobre o papel da cultura no processo de desenvolvimento, do qual Furtado fez parte,

Em síntese, para Furtado “cultura é a dimensão qualitativa de tudo que cria a humanidade, impregnada em todos os momentos de nossa vida, como resposta aos problemas permanentes

da humanidade”. Nesta linha, diria que a produção artística é a manifestação cultural e sensibilidade antecipadas como desejo ou guia do porvir.

Conclusão semelhante tem o economista indiano, Amartya Sen, Prêmio Nobel de Economia, em sua obra *Desenvolvimento como liberdade*. Defende o papel da cultura, respeitando as raízes históricas e antropológicas de cada formação cultural. Crítica a ênfase no crescimento econômico, o qual tem levado à crescente acúmulo de riqueza concentrada em poucas pessoas, ao lado de uma

crescente miséria de grande parte da humanidade.

Mais recentemente, a questão da desigualdade passou a ser tema para vários economistas de formação convencional, preocupados com o elevado nível de concentração da riqueza e da renda. Joseph Stiglitz, Prêmio Nobel de Economia em *O preço da desigualdade: Como a atual divisão social poderá arruinar nosso futuro*, critica o estilo do desenvolvimento com crescente desigualdade social, inclusive como caminho reformista para preservar o capitalismo.

Visão semelhante tem Thomas Piketty, com seu *O capital do século XXI*, indicando os limites econômicos e políticos da atual concentração de renda.

7. Amazônia, Plataforma Marítima e integração sul-americana

a) Amazônia

Pela sua dimensão territorial, por sua biodiversidade, pela necessidade de sustentabilidade



Foto: Pixabay/Deltreahd

ambiental e defesa geopolítica, e integração com as demais parcelas pertencentes aos países vizinhos (Bolívia, Peru, Colômbia, Venezuela, Suriname, Guiana Francesa e pela proximidade com o Equador), a Amazônia merece tratamento especial.

Nos dizeres da saudosa Profa. Bertha Becker, a Amazônia necessita de um plano de desenvolvimento científico que lhe permita construir as condições de exploração de sua rica biodiversidade sem destruí-la.

Nesse sentido, seria desejável que um programa de tal natureza se faça de forma conjunta ou coordenada com os demais países detentores de território amazônico. Isso traria benefícios para todos, aumentaria a segurança da região e contribuiria para ampliar a integração sul-americana.

Geraria renda, oportunidade de trabalho, amplo benefício social e segurança nacional.

b) Plataforma continental ou Amazônia Azul

Os avanços científicos e tecnológicos mundiais indicam que a exploração dos recursos do mar é um dos caminhos promissores para o desenvolvimento econômico.

O Brasil possui uma plataforma marítima de aproximadamente 4,5 milhões de quilômetros quadrados, com indicações de alto potencial para exploração futura.

Uma boa indicação desse potencial é a exploração de petróleo em águas profundas (entre 6 mil e 7 mil metros), no pré-sal. Outro grande potencial é o Elevado do Rio Grande, em águas menos profundas, com grande cobiça internacional, inclusive por estar fora da área de domínio nacional

c) Integração sul-americana

Consideradas as tendências mundiais de se formarem blocos econômicos (União Europeia, Asean, Nafta, e o novo acordo asiático de livre comércio), o planejamento brasileiro deveria ter como uma de suas grandes prioridades a integração sul-americana. Projeto que vem sendo perseguido desde a criação da Alalc, no início da década de 1960, transformada em Aladi, além de várias iniciativas sub-regionais como o Mercosul, porém sem alcançar o nível de integração necessário para um melhor posicionamento da América Latina e, em especial, da América do Sul.

Em todos esses temas, a visão e a contribuição de Furtado continuam fundamentais, como base teórica e caminhos para o planejamento e a gestão pública.

Para uma visão mais detalhada sobre o entendimento do autor sobre a atualidade de Celso Furtado, veja: Diniz (2009a, 2009b e 2020).

Referências

- D'AGUIAR, Rosa Freire. *Ensaio sobre cultura e o Ministério da Cultura*. Rio de Janeiro: Contraponto/Centro Celso Furtado, 2012.
- DINIZ, Clélio Campolina. Celso Furtado e o desenvolvimento regional. *Nova Economia*, v. 19, n. 2, p. 227-249, 2009a.
- DINIZ, Clélio Campolina. Celso Furtado e a Formação Econômica do Brasil. In: COELHO, Francisco S. e GRANZIERA, Rui (orgs.). *Celso Furtado e a Formação Econômica do Brasil*. São Paulo, Atlas, 2009b.
- DINIZ, Clélio Campolina. Celso Furtado: peregrino do desenvolvimento. In: QUINTELA, Adroaldo et al. (orgs.). *Celso Furtado: os Combates de um economista*. São Paulo: Expressão Popular/FPA, 2020.
- FURTADO, Celso. *Criatividade e dependência na civilização ocidental*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- PIKETTY, Thomas. *O capital do século XXI*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.
- STIGLITZ, Joseph. *O preço da desigualdade: como a sociedade dividida de hoje põe em perigo o nosso futuro*. Rio de Janeiro: Bertrand Editora, 2012.
- SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia de Bolso, 2010.

A atualidade do pensamento de Celso Furtado sobre federalismo e planejamento regional

A atualidade do pensamento de Celso Furtado sobre planejamento regional e federalismo foi discutida na segunda sessão da Semana Celso Furtado da Fundação João Mangabeira, tendo como expositores Tânia Bacelar de Araújo e Clélio Campolina Diniz, sob minha mediação. Dois dos principais intérpretes do desenvolvimento regional brasileiro, certamente a homenagem ao pensamento de Celso Furtado não poderia ter sido melhor. Um dos grandes intérpretes clássicos do Brasil², Celso Furtado tem contribuição em várias áreas do pensamento econômico e social, dentre um dos principais temas está sua contribuição para a análise da formação e trajetória histórica das desigualdades regionais do País. De modo transversal a essas questões, cabe salientar a sua preocupação mais

geral com a problemática da formação do mercado interno e da constituição de centros endógenos de decisão. Como bem lembrado pelos expositores da sessão, para além de suas abordagens teóricas críticas e originais, Furtado foi o idealizador e esteve à frente da experiência paradigmática mais importante do Brasil e da América Latina: a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). Essa experiência foi precedida pela elaboração de persuasivo e original diagnóstico sobre as desigualdades regionais, o clássico relatório do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN).

O objetivo deste artigo é revisar alguns pontos da visão de Furtado sobre o federalismo brasileiro e afirmar sua atualidade na

discussão sobre os desafios ao planejamento regional contemporâneo. Na primeira seção, é feito um resgate do debate sobre federalismo brasileiro, dando ênfase a um importante texto de Furtado sobre esse tema e sua articulação com a constituição histórica das desigualdades regionais. Na segunda, examina-se a atualidade das questões apontadas por Furtado e os desafios ao planejamento regional no contexto federativo pós-Constituição Federal de 1988.

Federalismo e desigualdades regionais no Brasil

Ao contrário do que se passou no território americano de colonização espanhola, que se fragmentou e deu origem a vários



Estados-nacionais, no Brasil, o Estado nacional buscou sua consolidação tendo como base um território de dimensão continental já delimitado no período colonial. Essa herança colonial, por sua vez, impôs dificuldades significativas para a formação da Nação no que diz respeito à construção da unidade da diversidade territorial (integração física, econômica, social, cultural, etc.). Somado à complexa integração do território-continente, a herança deletéria do escravismo no que diz respeito à manutenção de graves desigualdades socioeconômicas e aspectos da sociabilidade, como o preconceito e a segregação raciais; a desvalorização do trabalho manual; a violência cotidiana de caráter privado e a pouca/inexistente solidariedade das elites para o povo resultou em uma Nação ainda inconclusa.

Diante de um conjunto complexo de questões imbricadas na construção da Nação (questões fundiária, regional, urbana e social), pode-se afirmar que a ação territorial do Estado brasileiro foi bem-sucedida na manutenção de um território continental (submetido a tensões permanentes) e na soldagem de um pacto territorial de poder das elites “contra o povo”, parafraseando Florestan Fernandes. Do ponto de vista da acumulação, a ação estatal também foi eficiente, ao garantir fundos territoriais e fronteiras de valorização para o capital, culminando com a “fuga para a frente” da apropriação privada do território, tal como apontado por Maria da Conceição Tavares (1999).

No entanto, sua ação foi “mal sucedida” na ampliação democrática via redução de desigualdades socioespaciais e no atendimento às demandas por bens e serviços de uso coletivo de qualidade (Brandão; Siqueira, 2013). Em especial, a dificuldade de implementação de políticas públicas de redução de desigualdades regionais através da ampliação do acesso às terras rural e urbana, oportunidades de inserção no mercado formal de trabalho, educação, saúde, etc. dá-se em um contexto federativo complexo e altamente competitivo.

Em um país de grande dimensão e fortes desigualdades regionais, periférico e subdesenvolvido como o Brasil e de organização federativa (entendida como uma organização territorial do poder político), a compreensão e o encaminhamento político das questões socioespaciais (rural, ambiental, urbana e regional) passam necessariamente pela articulação e coordenação de interesses regionais distintos em um pacto político capaz de enfrentar as permanentes tensões à fragmentação do território. As forças de tensão são internas e externas e dizem respeito tanto à concentração espacial da renda e riqueza e às forças dos localismos diversos, como à internacionalização econômica (possibilidade de articulação direta das regiões com o mercado internacional) e às forças dos globalismos diversos (por exemplo, a constituição de cadeias globais de produção dominadas pelas empresas transnacionais).

No contexto dos anos 1980, permeado pelos desafios das tensões fragmentadoras da reconfiguração da divisão espacial do trabalho (internacional e interna ao território nacional), bem como dos desafios impostos pela redemocratização e das tarefas sociais expressas na Constituição Federal de 1988, ocorreu uma retomada do debate sobre o federalismo brasileiro, cujos contornos principais ainda são importantes para o período atual.

Apesar das complexidades econômica, política, social e territorial que envolve essa temática, é proeminente certo viés fiscalista e de eficiência do gasto público nas abordagens sobre a questão federativa no Brasil. Em geral, circunscreve-se ao federalismo fiscal e à discussão sobre os níveis mais adequados de descentralização de recursos e competências entre os entes federados. Nessas abordagens, raramente a questão federativa se articula à questão das desigualdades regionais e das dificuldades da soldagem de um pacto político territorial. Dessa forma, priorizando o debate em torno dos desafios da cooperação e competição entre níveis de governo (agravados pelo municipalismo da Constituição Federal de 1988) e desconsiderando, em grande medida, os problemas das distintas capacidades fiscais, financeiras, administrativas e políticas dos entes federados nas desiguais regiões do território brasileiro.

Nesse sentido, a contribuição de Furtado sobre a complexidade da questão federativa do Brasil,

situando-a no quadro histórico da formação do mercado interno e de constituição das desigualdades regionais é de grande relevância para o debate contemporâneo.

Em seu texto *Nova Concepção do Federalismo*, publicado como capítulo do livro *O longo amanhecer: Reflexões sobre a formação do Brasil* (1999) e reproduzido no *Essencial Celso Furtado* (2013), Furtado reflete sobre as discussões preparatórias do projeto da Constituição Federal de 1988, em que foi membro integrante. Inicialmente, Furtado lembra que “Federalismo é o conceito mais amplo que tem sido utilizado para expressar a ideia de que a organização política deve basear-se na solidariedade e na cooperação, e não na compulsão” (Furtado, 1999: 46). Segundo sua concepção, as particularidades do federalismo brasileiro estariam relacionadas

[...] às aspirações de desenvolvimento das distintas áreas do imenso território que o forma. Não se coloca entre nós o problema de choques de nacionalidades, de agressões culturais ligadas a disparidades étnicas ou religiosas. Mas sim o da dependência econômica de certas regiões com respeito a outras, de dissimetria nas relações entre regiões, de transferências unilaterais de recursos encobertas em políticas de preços administrados. Na diversidade das regiões estão as raízes de nossa riqueza cultural. Mas a preservação dessa riqueza exige que o desenvolvimento material se difunda por todo o território nacional” (Furtado, 1999: 46).

Furtado situa a “pulsção centralismo-federalismo”, atualmente caracterizada como o pêndulo “centralização-descentralização”, na trajetória histórica de formação do mercado interno e da emergência de significativas desigualdades regionais no Brasil. Para ele, no período da Primeira República, sob o modelo econômico primário-exportador, a

“Federalismo é o conceito mais amplo que tem sido utilizado para expressar a ideia de que a organização política deve basear-se na solidariedade e na cooperação, e não na compulsão”

política do governo central esteve ligada aos interesses da região de maior expansão, a cafeeira, resultando em consequências negativas para as demais regiões do País. No governo centralizador de Getúlio Vargas, por sua vez, será definitivamente trilhado o caminho para a constituição de um “mercado interno integrado e capaz de autogerar o seu crescimento” e, com isso, promover a “internação do centro dinâmico da economia brasileira”. Furtado

reconhece que, com a formação de um mercado interno, seria forjada “uma sólida interdependência inter-regional”. Por outro lado, ressalta efeitos negativos das mudanças nas inter-relações regionais desencadeados pelo processo de industrialização e sua concentração espacial. Mas que, no entanto, uma conscientização política sobre os “desequilíbrios regionais” dar-se-ia somente a partir da “restauração federalista da Constituição de 1946”.

A atuação de Furtado no GTDN foi de fundamental importância para essa conscientização nacional sobre o problema regional brasileiro – associado ao empobrecimento e ao subdesenvolvimento do Nordeste – reposicionando a questão regional como ameaça à unidade política nacional e não apenas como um problema da Região Nordeste. A ameaça era bastante real, no contexto político dos anos 1960, especialmente com a intensificação dos conflitos pela reforma fundiária e a emergência das Ligas Camponesas no Nordeste.

No GTDN, Furtado elabora diagnóstico que articula de modo inovador sua visão teórica sobre subdesenvolvimento com as causas da desigualdade regional e apresenta uma estratégia de desenvolvimento para o Nordeste. Com isso, diferencia-se da visão predominante que naturalizava o subdesenvolvimento ao atribuir ao problema das secas a causa da pobreza e desigualdade do Nordeste, tendo como resposta política “soluções hidráulicas”

(construção de açudes), assim beneficiando os grandes proprietários de terra. No relatório do GTDN de 1958, Furtado destaca como principal mecanismo da desigualdade regional a política cambial protecionista do governo central que favorecia a região concentradora da atividade industrial (Centro-Sul) e tinha efeitos negativos sobre o Nordeste (transferência de renda para o Centro-Sul, por meio da compra de bens desta região, e bloqueio ao processo de industrialização do Nordeste). A partir desse relatório, será proposta a criação de uma instituição de planejamento do desenvolvimento do Nordeste, a Sudene, concretizada em dezembro de 1959.

A Sudene será a primeira e mais paradigmática experiência de planejamento regional do Brasil e da América Latina, tendo sua atuação, nos moldes concebidos por Furtado, transformada com o golpe civil-militar de 1964. Essa história já é bastante conhecida³, mas cabe enfatizar que, sob o comando de Furtado, a Sudene atuará com o objetivo de levar adiante o planejamento de levar adiante o planejamento

nistérios e órgãos federais que atuavam no Nordeste, também tinham assento os governadores dos Estados da região. Dessa forma, fazendo valer uma “vontade política” regional dentro de uma instituição federal.

No texto Nova Conceção do Federalismo, em que reflete sobre as mudanças constitucionais no contexto da discussão da Constituição Federal de 1988, Furtado alertava para o fato de que não bastava restaurar formalmente a federação, após décadas de centralismo autoritário militar. Seria necessária a criação de uma “esfera regional de poder”. Em suas palavras, “A fórmula a ser encontrada deveria preservar os estados atuais e, mediante a inserção do poder regional, buscar corrigir os aspectos mais negativos das desigualdades demográficas e territoriais existentes” (Furtado, 1999: 55).

A centralidade do planejamento regional em sua proposta de reformulação constitucional da federação pode ser observada no seguinte trecho:

“A descentralização regional do poder central deveria ser acompanhada de um planejamento plurianual, que permitisse compatibilizar as aspirações das distintas regiões. Só o planejamento permite corrigir a tendência das empresas privadas e públicas a ignorar os custos ecológicos e sociais da aglomeração espacial das atividades produtivas. Com efeito, somente o planejamento permite introduzir

a dimensão espaço no cálculo econômico. Este é um ponto importante, pois a distribuição espacial da atividade econômica leva, com frequência, a conflitos entre regiões ou entre determinada região e um órgão do poder central” (Furtado, 1999: 56).

A partir dessa breve recuperação da abordagem de Furtado sobre federalismo, planejamento e desigualdades regionais no Brasil, é possível vislumbrar a sua atualidade na concepção do federalismo enquanto pacto territorial de poder, como será tratado na próxima seção.

Pacto federativo como pacto territorial de poder: desafios para o planejamento regional

Segundo Affonso (2000), o federalismo pode ser entendido como resposta histórico-política ao problema geral da conciliação entre diversidade regional e unidade nacional, em um país continente como o Brasil. Segundo esse autor, é importante considerar que o equilíbrio do pacto político federativo será sempre precário, pois envolve a soldagem de interesses entre diversos níveis de poder institucionalizado e que, portanto, está sujeito a recorrentes tensões entre forças de integração e desintegração, barganhas permanentes e criação de canais de articulação.

Pode-se afirmar que a obra de Furtado sobre a economia brasileira e a questão regional é permeada por sua preocupação com as estruturas de poder e as forças

de integração e desintegração da Nação. Em seu livro *Brasil: A construção interrompida*, 1992, preocupado com as baixas taxas de crescimento econômico dos anos 1980 e a intensificação da internacionalização da economia do País no início dos 1990, Furtado faz o seguinte alerta:

“[...] O desafio que se coloca à presente geração é, portanto, duplo: o de reformar as estruturas anacrônicas que pesam sobre a sociedade e comprometem sua estabilidade, e o de resistir às forças que operam no sentido de desarticulação do nosso sistema econômico, ameaçando a unidade nacional” (Furtado: 1992:13).

Entende-se que, para a compreensão da complexidade de tal desafio, não caberia apenas identificar as forças fragmentadoras em um contexto federativo altamente competitivo como o brasileiro, com regionalismos separatistas recorrentes. Também é importante se perguntar sobre os mecanismos que soldam o pacto federativo em condições de profundas desigualdades socioeconômicas regionais. Nesse sentido, é crucial o papel dos fundos públicos e de uma expressiva transferência de recursos entre os três entes federados (5.570 municípios, 26 estados e o Distrito Federal) que apresentam, regionalmente, distintas capacidades (fiscais, financeiras, administrativas, de planejamento e de gestão) para implementar estratégias de desenvolvimento.

Na contramão da proposta de Furtado, de criação de uma “esfera regional de poder”, a li-

teratura sobre o tema enfatiza a priorização do reconhecimento do Município como ente autônomo na Constituição Federal de 1988. Nesta, predominou uma visão “municipalista”, sem nenhuma lógica de repactuação entre União, Estados e Municípios. Naquela conjuntura política, houve uma confluência de questões que justapuseram a discussão da descentralização do poder político do Estado para a sociedade (redemocratização) e a discussão da descentralização do poder e de recursos do governo central para os governos subnacionais (Affonso, 2000).

Entretanto, como destaca Monteiro Neto (2013), o debate sobre as desigualdades regionais foi importante para a criação dos Fundos Constitucionais de Desenvolvimento (FCO, FNE e FNO), com base na distribuição de recursos da União (Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI e Imposto de Renda - IR) para as regiões de menor desenvolvimento econômico e dos Fundos de Participação (Fundo de Participação dos Estados - FPE e Fundo de Participação dos Municípios - FPM), com regras de partilha que destinam recursos da União para estados e municípios localizados em regiões de baixo nível de renda por habitante.

Se, por um lado, o municipalismo da Constituição Federal de 1988 representou expectativas de avanço no sentido das políticas sociais locais, por outro lado, dificultou sobremaneira as articulações supralocais/regionais (por exemplo, nas escalas metropoli-

tanais, intermunicipais, macrorregionais, etc.). (Brandão; Siqueira, 2013). Nos anos 1990, a implementação da proposta descentralizadora ocorrerá em simultâneo à ampliação das desigualdades regionais e à desmontagem institucional do arcabouço de políticas regionais, instrumentos e de instâncias de coordenação (superintendências regionais). Também foi importante a perda de capacidade de ação do Estado pelo lado da privatização de empresas estatais que constituíam importantes instrumentos de organização do território. Nesse processo, tanto a questão do pacto federativo quanto a questão regional foram sendo marginalizadas e, no caso desta última, foi retirada totalmente da agenda do Estado.

Do ponto de vista das transferências de recursos, como resposta às perdas da União na Constituição Federal de 1988, a partir da segunda metade dos anos 1990, há um movimento de recentralização de recursos nessa esfera (via criação de novos impostos da União não partilhados, renegociação de dívidas estaduais, mecanismos de estabilização fiscal e desvinculação de receitas). Nos anos 2000, o processo centralizador de receitas se manteve, porém, tendo como justificativa a consolidação e ampliação do gasto social (saúde, educação e políticas de transferência de renda) (Monteiro Neto, 2013).

Apesar de sua importância para os governos subnacionais, sobretudo para o municipal, os mecanismos fiscais de transferências previstos na Constituição

Federal de 1988 são insuficientes para a articulação de um pacto político territorial capaz de promover uma política visando a redução das desigualdades regionais.

Mesmo com uma ampla trajetória histórica de implementação de políticas regionais e de políticas setoriais (e, nas primeiras duas décadas de 2000, de ampliação das políticas sociais) com impactos na desconcentração da atividade produtiva, o Brasil ainda apresenta um quadro de graves desigualdades regionais. De acordo com estudo de Gbohoui; Lam; Lledo (2019), entre 2010 e 2014, o Brasil apresentou a maior disparidade regional do PIB *per capita* (série ajustada pelas diferenças nos preços regionais), em comparação com 20 países de economias mais avançada (Estados Unidos, Reino Unido, Irlanda, Índia, Alemanha, México, Canadá, Itália, Hungria, Finlândia, Polônia, Áustria, Austrália, Grécia, Holanda, Dinamarca, Espanha, Suécia, Suíça, República Tcheca e França). Considerando as Contas Regionais do IBGE, mais da metade do PIB nacional (52,9%) está concentrada na região Sudeste (que, por sua vez, concentra percentual inferior, 41,9%, no total da população brasileira), especialmente em São Paulo (31,5% do PIB brasileiro em 2017). Por outro lado, as Regiões Norte e Nordeste, que representam, respectivamente, 8,6% e 27,6% da população brasileira, tem participação bem inferior no PIB nacional, de 5,6% e 14,5%, respectivamente. Em

melhor posição, estão as Regiões Centro-Oeste e Sul, com 7,6% e 14,3% da população brasileira e 10% e 17% do PIB nacional, respectivamente. As desigualdades internas às regiões também podem ser observadas quando se compara o coeficiente de Gini do rendimento domiciliar médio *per capita* em 2017: Nordeste (0,567); Norte (0,544); Centro-Oeste (0,536); Sudeste (0,529); e Sul (0,477).

Contudo, o problema da insuficiência das transferências intergovernamentais não significa que essas sejam ineficientes para a redução do problema das desigualdades regionais e a promoção do desenvolvimento de regiões com base de recursos/arrecadação inferiores. O importante a ser apreendido é que esses recursos deveriam ser articulados em uma política de desenvolvimento regional na escala nacional e suplementados pela realização de fortes investimentos e gastos estatais em infraestrutura econômica e social, aspectos cruciais para a transformação das estruturas produtivas regionais.

Na ausência desses mecanismos, são fortalecidas as estratégias dos Estados e dos Municípios de oferta de benefícios e incentivos fiscais, financeiros e territoriais, lançando-se na competição pela atração de investimentos. Em conjunto, tanto a guerra fiscal como a “judicialização” das disputas entre os entes federados são sintomas do esgarçamento do pacto político federativo. A guerra fiscal, por sua vez, como

afirma Vieira (2013), tampouco é entendida e discutida no âmbito político das desigualdades socioespaciais regionais, sendo circunscrita aos problemas tributários relativos aos princípios aplicados na cobrança do ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – (origem e destino).

Considerações Finais

Embora venham se configurando fortes tendências “fragmentadoras” (especialização em *commodities* e desindustrialização relativa) das estruturas produtivas regionais, as políticas de valorização do salário mínimo articuladas a políticas sociais nas duas primeiras décadas dos anos 2000 demonstraram as potencialidades do mercado interno de um País extremamente desigual e de dimensão continental ainda “em construção”, especialmente nos municípios de médio e pequeno portes e na Região Nordeste (Siqueira, 2013; Araújo, 2013).

No entanto, a não implementação da Política Nacional de Desenvolvimento Regional aprovada pelo Decreto 9.810, de 2019, após ampla mobilização social, através da realização de conferências estaduais, macrorregional e nacional, bem como o não encaminhamento da questão da repactuação federativa indicam o insucesso perante os desafios apontados por Celso Furtado neste artigo.

A situação é ainda mais desalentadora quando se considera o aprofundamento das crises econômica, política e social do

País a partir de 2016, com o *impeachment* da Presidenta Dilma Roussef. Especialmente, por causa do ajuste fiscal draconiano que impôs limites ao gasto público por um período de 20 anos (Emenda constitucional 95, aprovada em 2016) e aprovação de reformas trabalhista (governo Temer) e previdenciária (governo Bolsonaro) e da grave crise sanitária da pandemia da Covid-19 no início de 2020 e suas crises econômicas e sociais congênicas. Os fortes impactos desses processos no aumento da desigualdade já podem ser percebidos. No Nordeste, o percentual de pessoas recebendo o auxílio emergencial, em setembro de 2020, variou entre 67,3% no Maranhão e 55,7% em Pernambuco, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios (Pnad/Covid-19).

No entanto, tal como Tânia Bacelar de Araújo e Clélio Campolina Diniz afirmaram, é importante lembrar da influência de Celso Furtado como homem público e intelectual que, embora tenha passado por momentos históricos difíceis do País, sendo penalizado com a perda de direitos políticos, continuou desenvolvendo pensamento crítico e original sobre os problemas nacionais e dispondo-o a serviço do Brasil até os seus últimos momentos de vida. Neste momento histórico difícil, apesar de nossa vulnerável democracia, ainda conseguimos homenagear e refletir sobre os problemas atuais sob a influência desse grande intérprete do desenvolvimento, Celso Furtado.

Notas

¹ Professora Associada do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

² Ver Brandão; Siqueira (2020).

³ A este respeito, ver Bercovici (2003) e Diniz (2009).

Referências

AFFONSO, Rui B. A. Descentralização e reforma do Estado: a federação brasileira na encruzilhada. In: *Economia e Sociedade*, Campinas, (14): 127-152, jun., 2000.

ARAÚJO, Tania B. Desenvolvimento regional brasileiro e políticas públicas federais no governo Lula. In: SADER, E. (org.). 10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma. São Paulo: Boitempo, 2013.

BERCOVICI, Gilberto. *Desigualdades Regionais, Estado e Constituição*. São Paulo: Max Limonad, 2003.

BRANDÃO, Carlos A.; SIQUEIRA, Hipólita. Interpretations of Underdevelopment in Brazil. In: *Oxford Research Encyclopedia of Latin American History*. Oxford: Oxford University Press, v.1, p. 1-22, 2020.

BRANDÃO, Carlos A.; SIQUEIRA, Hipólita (orgs.). *Pacto federativo, integração nacional e desenvolvimento regional*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2013.

DINIZ, C. Campolina. Celso Furtado e o desenvolvimento regional. In: *Nova Economia*, v. 19, n. 2, pp. 227-249, maio-ago., 2009.

FURTADO, Celso. *O longo amanhecer: reflexões sobre a formação do Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

FURTADO, Celso. *Brasil: a construção interrompida*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FURTADO, Celso. *Essencial Celso Furtado*. São Paulo: Penguin/Companhia das Letras, 2013.

GBOHOU, W.; LAM, W. R.; LLEDO, V. The great divide: regional inequality and fiscal policy. *IMF Working Paper*, WP/19/88, apr., 2019.

MONTEIRO NETO, A. Política de desenvolvimento regional: questão periférica no pacto federativo brasileiro. In: BRANDÃO, C.; SIQUEIRA, H. (org.). *Pacto federativo, integração nacional e desenvolvimento regional*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2013.

SIQUEIRA, H. “Novo desenvolvimentismo” e Dinâmica Urbano-Regional no Brasil (2004-2012). In: *Revista Eure*, Chile, dez. 2013

TAVARES, M. C. Império, território e dinheiro. In: FIORI, José Luis (org.). *Estados e moedas no desenvolvimento das nações*. Petrópolis: Vozes, 1999.

VIEIRA, D. J. Apontamentos sobre a guerra fiscal no Brasil. In: BRANDÃO, C.; SIQUEIRA, H. (org.). *Pacto federativo, integração nacional e desenvolvimento regional*. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2013.

Celso Furtado, a economia e a cultura

Quando um economista assume a pasta da Cultura, o que faz? Debruça-se sobre a economia e a cultura, naturalmente. Foi o que fez Celso Furtado, ao assumir em 1986 o Ministério da Cultura, recém-criado pelo primeiro governo civil que se seguiu aos vinte anos de regime militar. Ainda não se usava a expressão Economia Criativa, embora já estivesse sendo feito, para o Ministério, um pioneiro estudo sobre o tamanho da indústria cultural na economia brasileira². Falava-se - ao menos Celso Furtado falava - em Economia E cultura. Em Criação E economia. Em Criatividade E economia. Criatividade & economia: esse era o binômio em que Celso refletia desde meados dos anos 1970. Mais especificamente, desde que escrevera *Criatividade e dependência na civilização industrial*, em 1978³. Foi esse o livro em que ele aprofundou a reflexão sobre os conceitos de Acumulação, veiculado à esfera da economia, e de Criatividade, processo mais identificado com a cultura. Entrelaçando-os, ele demonstrou como as sociedades passaram, na história, da lógica

da acumulação à lógica da criatividade.

Celso escreveu *Criatividade...* quando ainda estava exilado em Paris. Sua vida acadêmica centrava-se na faculdade de economia da Universidade de Paris I, de que era professor desde 1965. Estava também em constante contato com a Universidade das Nações Unidas, sediada em Tóquio, que promovia seminários multidisciplinares exclusivos para pesquisadores e professores de altíssimo nível de várias partes do mundo. Foi para esses encontros regulares que ele escreveu alguns dos ensaios de *Criatividade...*

Lendo sua correspondência desse período, em especial as cartas relativas às traduções de *Criatividade...* em inglês, alemão, espanhol e francês, encontramos as raízes desse livro que ocupa posição singular em sua obra. Com o amigo Albert Hirschman, Celso comentava que o novo trabalho era “um desses textos que escrevemos quando estamos de volta de muitas ilusões e queremos

ensaiar uma súpula das próprias ideias, que, penso, podem interessar aos estudantes de ciências sociais com preocupações interdisciplinares.”⁴ A uma editora inglesa, explicitava: “O novo livro pretende introduzir um enfoque fresco ao estudo do desenvolvimento, considerado como um processo criativo e não principalmente como um resultado da acumulação.”⁵ No mesmo tom, escrevia ao editor mexicano: “Trata-se de um esforço de síntese e de aprofundamento das linhas principais de meu pensamento. Também se trata de um esforço para levar a um público mais amplo a discussão dessa temática”⁶. Enfim, a mais um editor resumia: “Nele pretendo integrar num só corpo de pensamento os temas básicos relacionados ao desenvolvimento, dependência e globalização nos quais vim trabalhando nas últimas duas décadas”⁷.

Aí estão, nessas missivas, as pistas que fornecem, não só a gênese do livro, como seu tema principal: o elo entre cultura e desenvolvimento, entre criatividade e economia.

Criatividade... é, portanto, obra interdisciplinar, de síntese, trazendo um novo enfoque à dimensão cultural do desenvolvimento. Estudar o desenvolvimento a partir de seu prisma cultural, como Celso o fez, significou, então, um caminho inovador, hoje visto por pesquisadores no Brasil e no exterior como um de seus aportes teóricos mais originais. Celso costumava dizer que o homem se justifica pelos valores que tem - corolário de que o desenvolvimento seria menos o resultado da acumulação material do que um processo de invenção de valores, comportamentos, estilos de vida, em suma, de criatividade. De inventividade.

O tema da cultura teve sempre lugar destacado em seu pensamento - como ponto de partida e manifestação maior de uma sociedade. Se Celso dominou como poucos a lógica e as ferramentas econômicas, soube ir além e, com sua mente interdisciplinar, incorporou várias dimensões ao desenvolvimento, que de meramente econômico passou a ser - no correr de seus livros - social, cultural, ambiental, em suma, um “todo coerente” que satisfizesse as necessidades não só materiais como espirituais e intelectuais. Esse entendimento plural do desenvolvimento é marca de sua obra teórica.

Ora, há cerca de duas ou três décadas - porventura desde os anos do primeiro-ministro Tony Blair na Inglaterra - surgiu o conceito de indústrias criativas. Em seu bojo, ou como seu complemento, também o de economia criativa, que seria o setor econômico formado por tais indús-

trias. A economia criativa estaria vinculada não tanto à produção industrial como à produção intelectual. Seria, pois, um produto típico das sociedades pós-industriais. De fato, as transformações a que vimos assistindo, desde os anos 1970, em tantos setores industriais foram (são) todas marcadas por um processo de inovação que se desdobra em criação de novos ofícios de cunho cultural, em maior participação dos serviços e da oferta cultural na economia, em produção de *softwares*, jogos eletrônicos, novidades informáticas, etc. Em produção de conhecimento, em suma.

Assim, poderia se dizer que a economia criativa - cujo nascimento alguns situam em torno do livro *The creative economy*, que John Howkins publicou em 2001 - seria uma das muitas tentativas de resposta a um mundo em crise, senão em convulsão, em que o capital intelectual e a criatividade se tornaram a buscada matéria-prima, mais e mais valorizada. Afinal, se a ideia de base dos teóricos da economia criativa é a de que o processo de criação é algo tão importante como o produto criado, retoma-se a formulação de Celso Furtado, feita há meio século, em torno da Economia E cultura, Economia E criatividade.

Pois é disso que se trata. Num país como o nosso, em que ainda estamos longe de alcançar o pleno desenvolvimento - no sentido integral e harmônico como o entendia Celso Furtado - há que se buscar o elo, na prática nem sempre explícito, entre economia, desenvolvimento e cultura. Foi essa a

ideia mestra que se cristalizou no pensar e no fazer de Celso, particularmente nos anos em que, à frente da pasta da Cultura, idealizou e comandou a política cultural do Estado brasileiro. Se me atrevo a navegar nessas águas que banham a economia e a cultura, é para deixar registro, nesta publicação-homenagem da Fundação João Mangabeira e tão bem organizada pelo professor Carlos Brandão, de que Celso Furtado soube antecipar a relevância da cultura como fulcro do desenvolvimento - e mesmo de sua visão de mundo. Pois se, nos anos 1970, ele afirmava que “a cultura é uma dimensão essencial do desenvolvimento”, morreu em 2004 convencido de que “todo projeto de desenvolvimento deve necessariamente partir da cultura”: mais que um elemento, a cultura era a síntese do desenvolvimento.

Notas

¹Rosa Freire d'Aguiar é jornalista, tradutora e editora. Este texto teve uma primeira e reduzida versão apresentada no Fórum Internacional Economia Criatividade, Cultura e Arte, realizado no Rio de Janeiro em novembro de 2015.

²Cf. *A indústria cultural no quadro da economia brasileira*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1987.

³*Criatividade e dependência na civilização industrial*, Celso Furtado. São Paulo: Companhia das Letras, 2008 [1978].

⁴Carta a Albert Hirschman, Paris, c. fevereiro 1979.

⁵Carta a Ms Oakeshott, Cambridge University Press, 15.11.80

⁶Carta a Arnaldo Orfila, 28.11.78

⁷Carta a André Deutsch, 30.1.79

Devaneios esperançosos acerca do desenvolvimento a partir de Celso Furtado

Um vôo precisa de obstáculo... não de um vazio.
Gaston Bachelard

Ter ou não ter direito à criatividade, eis a questão.
Celso Furtado

Em 1984, o economista Celso Furtado proferiu uma conferência no I Encontro Nacional de Política Cultural, promovido pelo então Secretário de Cultura de Minas Gerais José Aparecido de Oliveira, no qual afirmava: “Sou da opinião de que a reflexão sobre a cultura brasileira deve ser o ponto de partida para o debate sobre as opções do desenvolvimento” (D’Aguiar, 2013, p. 6-10). Direta ou indiretamente, é necessário destacar o papel dos grandes intérpretes do Brasil nos processos de institucionalização da cultura e, especialmente, o significado da gestão de Celso Furtado à frente do Ministério da Cultura (MinC). Na década de 1930, por exemplo, enquanto Gilberto Freyre e Caio Prado produzem as primeiras reflexões antropológicas, sociológicas e econômicas sobre o Brasil, Mário de Andrade implanta e gere o Departamento de Cultura de São Paulo. Nas décadas de 1970 e 1980, enquanto Aloísio Magalhães dirige o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (o atual Iphan), Darcy Ribeiro é gestor cultural do Rio de Janeiro e José Mindlin é secretário de Cultura e Ciência & Tecnologia de São Paulo. Essa qualidade de gestores culturais é surpreendente e produz impactos positivos para as políticas culturais brasileiras.

Furtado chega em 1986 ao Ministério da Cultura. Era um momento de euforia e de grande efervescência política, em função da redemocratização do país. Depois das breves passagens de José Aparecido de Oliveira e

Aluizio Pimenta, o órgão federal da cultura clama por maior e melhor institucionalidade. Na busca de um nome para a cultura, Furtado aparece como indicação de um grande abaixo-assinado formado por artistas, intelectuais e economistas. Seu primeiro desafio será o de mostrar e demonstrar sua capacidade planejadora e gestora. Vale lembrar que, naquele momento, uma pergunta era pronunciada por vários jornalistas a respeito do MinC: “Num país que passa fome é necessário um Ministério da Cultura?” (Furtado, 2012, p. 12). Celso Furtado, tal qual Gilberto Gil, em 2003, parecia ser um ministro maior do que o seu ministério (Duarte; Calabre, 2015, p.1.302):

Para além da sua vasta experiência no serviço público, Celso Furtado já havia estruturado um ministério anteriormente, o do Planejamento, quando o assumiu em 1962, nomeado pelo presidente João Goulart. Outro importante atributo eram os vastos conhecimentos do novo ministro sobre economia, e principalmente, sobre leis de incentivo fiscais. Furtado havia concebido e implantado as leis de incentivos fiscais da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - Sudene, em 1963.

Podemos afirmar que uma política cultural, ao produzir impactos econômicos, deve ser considerada uma política econômica? E, no sentido inverso, uma política econômica que fomenta a criação, produção, distribuição e consumo de produtos cultu-

rais e criativos não deve ser denominada de política cultural? Na perspectiva de formular uma política cultural voltada ao desenvolvimento econômico regional, buscando aproximar governo, empresas e o campo cultural, Furtado produzirá a primeira legislação de incentivo à cultura do Brasil. De forma simples, envolvendo pessoas físicas e jurídicas, a nova lei simbolizava o momento de redemocratização vivido pelo país (Duarte; Calabre, 2015, p. 1.304):

Qualquer cidadão poderia incentivar uma atividade cultural utilizando parte do valor devido de imposto de renda. Bastava o doador realizar um depósito na conta da entidade cultural que desejava auxiliar. Em troca, emitia-se um recibo que era anexado no ato da declaração do imposto. Para receber os recursos, era necessário que a entidade cultural fosse uma pessoa jurídica, com ou sem fins lucrativos, e estivesse cadastrada no MinC. Estavam liberadas para doar pessoas físicas e jurídicas, devedoras de imposto de renda, sem qualquer restrição.

Será o próprio Ministro, no Programa Roda Viva da TV Cultura, em 1987, que se encarregará de divulgar o novo financiamento da cultura no Brasil (Duarte; Calabre, 2015, p. 1.304):

“[...] Para participar da Lei Sarney é necessário que a pessoa seja contribuinte do imposto de renda. Digamos que esse seu quitandeiro seja contribuinte do imposto de renda. Ele precisa, portanto, ser educado nessa dire-

ção, é necessário que ele compreenda que uma iniciativa cultural que diz respeito a sua própria vida também passa a depender dele. Se ele está numa cidade pequena, por exemplo, e necessita de um espaço cultural que não existe [...] ele pode tomar a iniciativa e se reunir

com um grupo de pessoas e contribuir com seus próprios recursos para a efetivação desse projeto [...].

Furtado trazia para o MinC sua experiência, obtida na criação da Superintendência de

Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), na área de incentivos fiscais. Mas compreendia as características de concentração e produção de dependência das indústrias culturais, ao mesmo tempo em que percebia a fragilidade dos bens culturais diante dos pro-



Foto: Pixabay/Katiabraga

cessos de globalização econômica no Brasil” (1984, p. 31):

‘O Brasil será marcado por toda uma gama de sistemas de símbolos importados que com frequência ressecam nossas raízes culturais’ com a produção de bens culturais que buscam a uniformização dos padrões de comportamento, base da criação de grandes mercados.

Como era de se esperar, a força da indústria cultural no país constituiu um grande óbice à implantação da nova legislação de incentivo à cultura” (Duarte; Calabre, 2015, p. 1.313):

A Lei Sarney, quando entrou em vigor, encontrou um país com uma indústria cultural desenvolvida, que rapidamente a cooptou. Poucos projetos incentivados através da renúncia fiscal seguiram o modelo de protagonismo cultural concebido por Celso Furtado. E o pouco tempo na qual existiu não permitiu que soubéssemos se a população em geral exerceria ou não essa participação, esse poder de escolha. A Lei Rouanet, que substituiu a Lei Sarney, criada em 1991, restringiu substancialmente o espectro dos possíveis mecenas, quando delimitou que apenas as empresas que operassem em lucro real poderiam utilizá-la. Isso excluiu todos os pequenos comerciantes, inviabilizando o cenário desenhado por Furtado.

A histórica disputa do Brasil entre a produção cultural das elites e o povo brasileiro foi objeto

de importantes reflexões na vasta produção intelectual de Furtado. Muito antes de ser ministro, ele já vinha refletindo sobre os significados da criatividade e da cultura nos países de economia dependente. No seu livro *Cultura e desenvolvimento em época de crise*, publicado em 1978, Furtado formula uma frase lapidar: “Ter ou não ter direito à criatividade, eis a questão”, observando as contradições do capitalismo e a dependência cultural por ele gerada (1984, p.25). Esse questionamento continua cada vez mais atual. Afinal, a liberdade de criar não se universalizou. Pelo contrário, sucumbiu aos interesses políticos e econômicos de alguns países e grupos que, em sua hegemonia, fazem circular produtos (refiro-me, aqui, especialmente, aos da indústria cultural) de qualidade, muitas vezes duvidosa, e cujos processos de produção, em vários casos, insubmissos aos direitos humanos, ratificam a exclusão social e a dependência entre populações. Em um mundo globalizado, em que dependências científicas e tecnológicas determinam padrões de consumo e o comportamento passivo de populações, de que forma poderíamos construir um desenvolvimento endógeno, capaz de garantir o direito à criatividade, defendido por Furtado? Em que medida o desenvolvimento endógeno poderia se constituir em uma invenção da cultura?

Se, na essência das indústrias criativas, estão os conteúdos culturais associados à ciência e à tecnologia, há de se considerar,

como nos adverte Furtado, que nas sociedades industriais, a cultura, como a ciência e a tecnologia também estão subordinadas à lógica da acumulação. Submetidas às forças produtivas, a criatividade padece e a liberdade empalidece (Leitão; Guilherme, 2014, p. 239), pois são instrumentalizadas a serviço de um modelo econômico produtor de assimetrias e desigualdades. Por sua vez, a incorporação das artes e dos artistas no processo de acumulação é legitimada e legalizada pelo Estado, que oferece uma moldura político-institucional que encoraja a competitividade e a hegemonia dos mercados.

Na visão de Furtado, a criatividade foi canalizada principalmente para a inovação técnica nas sociedades industriais, limitando-se à racionalidade instrumental, sempre submissa às forças produtivas. Basta que observemos que, entre as formas que assume a criatividade humana, a ciência e a tecnologia, por melhor satisfazerem às demandas da civilização industrial e ao processo de acumulação, são especialmente capturadas pelo sistema capitalista na perspectiva de uma lógica dos meios (2008, p. 115):

“Na economia capitalista o processo de acumulação marcha sobre dois pés: a inovação, que permite discriminar entre consumidores, e a difusão, que conduz à homogeneização de certas formas de consumo. Ao consumidor cabe um papel essencialmente passivo: a sua racionalidade consiste em responder ‘corretamente’ a cada

estímulo a que é submetido. As inovações apontam para um nível mais alto de gastos, que é a marca distintiva do consumidor privilegiado. Mas o padrão inicialmente restritivo terá de ser superado e difundido, a fim de que o mercado cresça em todas as suas dimensões. As leis desse crescimento condicionam a criatividade.

A formulação de políticas e programas as indústrias culturais criativas vêm ganhando destaque entre as nações, indústrias caracterizadas pelo valor agregado da cultura e da ciência e tecnologia na produção de seus bens e serviços, assim como pelo *copyright*, ou seja, pela proteção dos direitos do autor/criador. Os setores chamados criativos passaram a se tornar cada vez mais importantes na constituição do Produto Interno Bruto (PIB) dos países industrializados, crescendo mesmo em situações de crise. Essa tendência lhes deu prestígio junto aos governos, que, por sua vez, buscaram compreender suas dinâmicas e fomentar suas dinâmicas econômicas. Se nos países ricos, a temática das chamadas indústrias criativas é cada vez mais acolhida, o fenômeno acontece por serem percebidas como uma etapa mais sofisticada do sistema capitalista. No entanto, essas indústrias não vêm demonstrando capacidade de desconcentrar renda, nem de produzir inclusão social. Por outro lado, embora parceiros do desenvolvimento endógeno, os pequenos empreendimentos de cultura continuaram invisíveis nas políticas culturais dos governos.

Ao produzirem a homogeneização dos padrões de consumo, as indústrias culturais e criativas contribuem para a atrofia da criatividade, assim como para a desumanização e a alienação. No diálogo entre economia e cultura, Furtado produz as necessárias conexões entre as políticas culturais e seu papel estratégico na reafirmação das identidades, na dimensão ecológica do planeta, na construção de novas forças sociais. Por outro lado, aprofunda suas reflexões na direção de uma economia política da cultura, ao rejeitar a submissão das formas de viver produzidas pela hegemonia do sistema capitalista. Nesse sentido, o enriquecimento industrial seria inversamente proporcional ao empobrecimento humano, ao cerceamento da liberdade e da atividade criadora. Enfim, a economia política da cultura poderia contribuir para a mudança de curso das sociedades e de seus modelos de desenvolvimento:

[...] O principal objetivo da ação social deixaria de ser a reprodução dos padrões de consumo das minorias abastadas para ser a satisfação das necessidades fundamentais do conjunto da população e a educação concebida como desenvolvimento de potencialidades humanas nos planos ético, artístico e da ação solidária” (D’Aguiar, 2013, p. 38).

Furtado também aprofunda as reflexões sobre os papéis da cultura, da criatividade para a liberdade dos indivíduos e o desenvolvimento dos países, sobretudo, aqueles de economia dependente.

Para Amartya Sen (seu colega em Cambridge), “desenvolver-se é ser livre e a liberdade nada mais é do que a capacidade de fazer escolhas (Sen, A., 2012, p. 75); para Furtado (2008, p.110), “o desenvolvimento é a capacidade de criar soluções originais aos problemas específicos de uma sociedade” (2008, p.110). Há, no pensamento dos dois economistas, um fundamento comum: não há desenvolvimento sem criatividade e a liberdade é condição necessária à criatividade. Furtado estende essa visão à política cultural que teria, segundo ele, por finalidade, liberar as forças criativas da sociedade, ou seja, liberdade de criar é da essência do conceito de desenvolvimento e insumo para a transformação social, ou seja, para o enfrentamento das desigualdades sociais. Suas críticas aos modelos de desenvolvimento do século XX continuam atualíssimas: concentração de renda e de riqueza, sonegação dos direitos sociais, precarização do mundo do trabalho e a subalternidade da inserção internacional (Leitão, *In*: Rubim, 2014, p.130).

Referindo-se aos estudos de Max Weber sobre a racionalidade dos meios e a racionalidade dos fins, Furtado sobre o deslocamento da lógica dos fins (voltados ao bem-estar, à liberdade e à solidariedade) para a lógica dos meios (a serviço da acumulação capitalista). A lógica dos meios, observa, trará grandes impactos negativos às liberdades criativas, aos recursos naturais, enfim, à própria humanidade dos indivíduos” (Leitão, *In*: Souza, 2015,

p. 160). O economista enfatiza a importância de uma nova política, de novas relações de gênero, inclusive de uma nova ecologia, como insumos essenciais à ampliação dos significados do desenvolvimento, adiantando pautas que só ganhariam maior destaque no século XXI.

Enfim, para Furtado, a história da civilização industrial pode ser lida como uma crônica do avanço

da técnica, ou seja, “da progressiva subordinação de todas as formas da atividade criadora à racionalidade instrumental” (FURTADO, 2008, p. 113). E, na medida em que a criatividade é posta a serviço do processo de acumulação, os meios tendem a ser vistos como fins, produzindo-se a ilusão de que todo o avanço da racionalidade na esfera econômica contribui para a liberação ou “desalienação” do homem (FURTADO, 2008,

p.116). Por isso, o século XX foi aquele em que “as energias criativas foram progressivamente canalizadas e postas a serviço do desenvolvimento das forças produtivas”.

É notável sua compreensão sobre a transfiguração do capitalismo que, ao invés de se fundamentar na produção de produtos materiais, encontrará no século XXI suas bases no intangível e no imaterial. A atividade inventiva do homem, de



Foto: Pixabay/ Isahertz

uma forma ou de outra, sucumbirá às demandas do sistema econômico (FURTADO, 2008, p. 116):

“[...] Contudo, esse ‘progresso’ não se traduz necessariamente

por uma redução do campo do irracional na vida social, pois o homem comum não está em condições de entender os *gadgets* que são postos à sua disposição e tampouco a sua visão de mundo-

alimentada pelos *mass media*- é menos povoada de elementos míticos do que em outras épocas”.

“Se a ética do hiperconsumo avançou para as sociedades

pós-industriais do século XXI, a luta pela redução das desigualdades conduziu apenas a formas mais diversificadas de consumo” (FURTADO, 2008, p. 115). Nesse sentido, a palavra desenvolvimento simboliza o grande paradoxo dos valores modernos. De um lado, ela é produtora de conteúdos indutores de identidade e estabilidade, de outro, escamoteia realidades e falseia argumentos em nome de uma epistemologia única e universal. Outras palavras, como gestão, consumo, individualismo, propriedade, capitalismo e globalização, também orbitam no seu entorno, reforçando valores hegemônicos e produzindo sinergias semânticas que lhe dão sustentação. Muitas palavras foram significadas e legitimadas pela modernidade; a partir da lógica aristotélica e cartesiana avançaram para fundamentar os valores unificadores da Modernidade. Na tentativa de eliminar as dimensões paradoxais do ato de conhecer, o espírito científico perdeu sua aproximação com o real.

A ideia de desenvolvimento apenas tem sido de utilidade para mobilizar os povos da periferia e levá-los a aceitar enormes sacrifícios, para legitimar a destruição de formas culturais ‘arcaicas’, para ‘explicar’ e fazer ‘compreender a necessidade’ de destruir o meio físico, para justificar formas de dependência que reforçam o caráter predatório do sistema produtivo (FURTADO, 1974, p. 75).

Quando nos referimos à dimensão cultural da globalização, devemos analisá-la a partir dos

papéis do consumo, não somente como fruto de uma racionalidade econômica, mas enquanto um ato simbólico de comunicação, um lugar de diferenciação e distinção (BOURDIEU, 2009). No mundo global, o consumo entre grupos hegemônicos e subalternos não se concretiza através da simples oposição entre bens locais e importados, mas, especialmente, pelos produtos desterritorializados (Canclini, 2006). Erudito e popular, artesanato e indústria, autenticidade e cópia perdem fronteiras, contaminando gostos e viralizando comportamentos, especialmente, nas grandes cidades. Por outro lado, a comunicação de massa e a indústria cultural destituem o consumo do seu valor cognitivo, em prol da sua dimensão mercan-

til. Enfim, todos os setores da vida humana acabam sendo capturados pelas malhas do capitalismo do hiperconsumo, produzindo, segundo Gilles Lipovetsky e Jean Serroy (2014), um verdadeiro modo estético de produção. Mas, quanto mais se busca consumir o belo, menos a vida parece bela; quanto mais a indústria cultural mercantiliza seus bens e serviços, menos autonomia os indivíduos possuem para fazer escolhas; quanto mais crescem as sociedades do espetáculo e do entretenimento, maior ainda a alienação dos seus públicos. O capitalismo artístico, tão cioso da inovação estética quanto da tecnológica, vende estilos de vida em nome de promessas de felicidade, beleza, bem-estar e qualidade de vida.



Foto: Pixabay/ Priscilaberenguer

“Um voo precisa de obstáculo ... não de um vazio.” A advertência é do filósofo e cientista francês Gaston Bachelard que, no seu *Formação do espírito científico*, em 1938, conceitua a expressão obstáculo epistemológico como a interrupção do pensamento linear e evolucionista proposto pelas ciências, considerando-a como uma estratégia da imaginação para ampliar o ato de conhecer. Para Bachelard, o ser humano aspira a superação de si mesmo e, para isso, dispõe de dois caminhos: o da ciência e o da criação artística. Razão e imaginação permitem à humanidade o “voo”, compreendendo o ato de voar como elevação espiritual ou como possibilidade de transformação da vida pela ciência e pela arte. São suas palavras: “Tudo que a filosofia pode esperar é tornar poesia e ciência complementares, uni-las como contrários bem feitos”.

Bachelard (1938) convoca os cientistas a problematizar conceitos, como causalidade, determinismo e objetividade, propondo uma filosofia das ciências capaz de integrar novos conceitos como probabilidade, incerteza e ruptura. Para ele, a riqueza de um conceito científico deveria ser medida pelo seu poder de deformação e de desconstrução. As palavras, nos discursos científicos, necessitariam de uma pedagogia do movimento, capaz de oferecer mobilidade e alteridade ao pensamento, levando ideias e conceitos adiante.

Trinta anos mais tarde, um outro grande pensador francês também decidiu desconstruir

conceitos e ideias para levá-los adiante. Edgar Morin, nos seus estudos sobre a complexidade (2010), também produziu uma importante crítica às ciências e sua lógica aristotélica e cartesiana. Sua crítica é especialmente contundente com a Economia, que, entre as ciências sociais aplicadas, é a mais focada nos estudos sobre o desenvolvimento, e que, por ser matematicamente mais avançada, tornou-se, numa perspectiva humana, a mais atrasada das ciências, retirando da realidade (do texto) o seu contexto, e reduzindo os significados do desenvolvimento ao mensurável e quantificável.

Tanto Gaston Bachelard quanto Edgar Morin contribuíram para uma filosofia da ciência, por meio de uma epistemologia da cultura. A palavra cultura, enquanto ideia, conceito, política, prática ou instituição, fundamenta-se numa espécie de *coincidência oppositorum*, ou seja, em uma combinação de substâncias contrárias que vivem de uma eterna tensão entre seus polos. Bachelard (1967) amplia o campo do conhecimento e da produção de novas epistemologias, ao propor uma dialética das imagens. Nesta nova lógica, destaca a inversão, a ambivalência, a contradição e não a identidade universal ou o consenso, para a construção do conhecimento. Indo além da dialética clássica, submissa aos processos de análise e síntese, reintroduz nos modos de conhecer uma “epistemologia do não” capaz de acolher o “anti” e o “contra” (Sant’Anna, 2010). A criação artística não seria, pela

sua própria natureza, insubmissa ao canônico e ao dogmático? As artes não representariam a lógica da inversão, o conhecimento obtido pela “epistemologia do não”?

Edgar Morin (2010) observa que o saber comporta uma parte irremediável de incerteza. Ao longo da sua obra, enfatiza a ausência de conexão entre as ciências da natureza e a cultura humanista, que afastou o indivíduo do bem viver e da cidadania planetária. Para Morin, o grande desafio do século XXI é o da religação dos saberes, da reunião das disciplinas científicas e humanistas em nome de um conhecimento capaz de compreender a condição humana, a aprender a viver e a reavivar os significados da cidadania. Ensinar a condição humana significaria trazer para a educação, não somente as ciências biológicas, mas, a partir da cultura humanista, fazer compreender aos humanos os seus inúmeros destinos. Somente a cultura humanista nos permitiria distinguir os destinos individual, social, histórico e cósmico que atravessam a vida, somente a cultura humanista é capaz de desenvolver no ser humano a poética da vida, a consciência e o sentimento de pertença à humanidade. Aprender a viver é também integrar na vida a cultura. Para reavivar a cidadania, é necessário ampliá-la muito além das nacionalidades e dos nacionalismos. A cidadania terrestre acontecerá quando os indivíduos ganharem enraizamento e vitalidade, pelo exercício livre de suas expressões culturais. Em um mundo babélico, a cultura seria

por excelência o grande sistema de tradução e de comunicação entre povos e nações. Somente a cultura poderia reconstruir as subjetividades humanas junto à terra e ao cosmos, reavivando no homem sua capacidade de guardar, lembrar e sonhar. Somente a cultura poderia permitir ao homem verticalidade e enraizamento, libertando-o de uma horizontalidade funcional e prática sobre o viver, reintegrando-o à terra e ao cosmos.

Penso num diálogo imaginário entre Celso Furtado, Edgar Morin e Gaston Bachelard, homens do século 20, mas cujas inquietações e percepções são essenciais ao século XXI. Se hoje aqui estivessem, imagino que ambos nos incitariam a aprofundar o conhecimento humano a partir de uma visão cada vez mais complementar entre razão e imaginação, corpo e espírito, história e mito, ciência e poesia, teoria e experiência. Vivemos em tempos de falência das utopias econômicas, sociais e políticas, tempos de fatalismos e de desencantos. Temos a impressão de que os sonhos e a imaginação não encontram mais lugar na vida das sociedades. Por isso, necessitamos de utopias, lembrando que a maior delas é a utopia cultural, que educa e transforma o ser humano em sonhador. Afinal, nunca estivemos tão carentes de sonhadores e de visionários.

Referências

- BACHELARD, Gaston. *La formation de l'esprit scientifique*. Paris: Vrin, 1967.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.
- CANCLINI, Nestor Garcia. *Consumidores e cidadãos*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2006.
- D'AGUIAR, Rosa Freire (org.). *Ensaio sobre cultura e o Ministério da Cultura/ Celso Furtado*. Rio de Janeiro: Contraponto/Centro Internacional Celso Furtado, 2012.
- D'AGUIAR, Rosa Freire (org.). *Celso Furtado e a dimensão cultural do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: E-papers/Centro Internacional Celso Furtado, 2013.
- DUARTE, Renata; CALABRE, Lia. A fiscalização da Lei Sarney. In: CALABRE, Lia et al. (org.). VI Seminário Internacional de Políticas Culturais. *Anais...* Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2015, p. 1296-1310. Disponível em: <http://culturadigital.br/politicaculturalcasaderuibarbosa/files/2015/05/Anais-do-VI-Semin%C3%A1rio-Internacional-de-Pol%C3%ADticas-Culturais.pdf>. Acesso em: 2 nov. 2015
- FURTADO, Celso. *Criatividade e dependência na civilização industrial*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- FURTADO, Celso. *Cultura e desenvolvimento em época de crise*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- GALEANO, Eduardo. *As veias abertas da América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- LEITÃO, Cláudia Sousa. *Indústrias criativas x economia criativa: compreendendo a disputa entre modelos de desenvolvimento com base em Celso Furtado*. In: SOUZA, Pedro de (org.).

Brasil, sociedade em movimento. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

LEITÃO, Cláudia Sousa e GUILHERME, Luciana Lima. *Cultura em movimento: memórias e reflexões sobre políticas públicas e práticas de gestão*. Fortaleza: Armazém da Cultura, 2014.

LEITÃO, Cláudia Sousa. *Indústrias Criativas x Economias Criativas: a disputa entre modelos de desenvolvimento*. In: RUBIM, Linda, VIEIRA, Mariella Pitobo e Souza, Delmira (orgs.). *Enecult 10 anos*. Salvador: EDUFBA, 2014.

LIPOVETSKY, Gilles; SERROY, Jean. *O capitalismo estético na era da globalização*. Lisboa: Edições Almedina, 2014.

MORIN, Edgar. *Meu Caminho: entrevistas com Djánane Kereh Tager*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

SANT'ANNA, Catarina (org.). *Para ler Gaston Bachelard: ciência e arte*. Salvador: Edufa, 2010.

SEN, Amartya. *Sobre ética e economia*. Coimbra: Edições Almedina S.A., 2012.

Comunicação, cultura e democracia no Brasil. O que diria Furtado?

Ao final do seu segundo período presidencial, Luiz Ignácio Lula da Silva deixou para sua sucessora, segundo consta, um projeto de democratização das comunicações no Brasil, redigido sob o comando do seu Ministro Chefe da Secretaria de Comunicação da Presidência da República, o jornalista Franklin Martins. A proposta foi inspirada nas conclusões da Conferência Nacional de Comunicação, convocada por Lula já no final do seu mandato. Embora precedida de ampla negociação, envolvendo todos os segmentos interessados, empresas, setor público e a sociedade civil organizada em torno da bandeira da democratização da comunicação, na última hora, os principais capitais da área de radiodifusão decidiram não participar.

Temiam, num momento de concorrência acirrada que se vivia no meio empresarial – iniciada com a entrada do capital internacional nas telecomunicações, no

governo de Fernando Henrique Cardoso, e que chegaria a uma solução, sempre provisória, por certo, apenas em 2011, com a lei sobre os serviços de acesso condicionado – a aprovação de teses que viessem a questionar o monopólio da fala de que dispunham desde os anos 1960 e que preservam, aliás, até o presente. A recusa à democratização tinha por argumento uma liberdade de expressão que os capitais que controlam os grandes meios de comunicação no país não permitem aos diferentes setores sociais discordantes das suas próprias posições políticas.

O caráter estratégico dos meios de comunicação de massa, pelo papel de mediação que realizam entre os poderes – político e econômico – e o público de consumidores e eleitores, constituindo-se em ferramentas de poder que servem ao convencimento da audiência, lhes garante uma posição privilegiada na economia nacional.

Os profissionais de comunicação aprendem nos bancos da Universidade, e desenvolvem ao longo da sua vida profissional, formas de convencer o público em função dos interesses dos seus clientes ou dos seus patrões. Os casos de manipulação de processos eleitorais pela mídia nacional, são amplamente documentados na literatura. O mais importante deles talvez seja o internacionalmente famoso processo de *lawfare* que redundou na condenação do próprio ex-presidente Lula, impossibilitando a sua candidatura nas eleições presidenciais de 2018, quando era o primeiro colocado nas pesquisas.

A luta pela democratização da comunicação visa a reduzir o poder dos oligopólios; distribuir os meios de comunicação de forma mais equânime; e garantir o acesso à esfera pública de todos os diferentes setores sociais e projetos nacionais em disputa. Isso significa, necessariamente, ferir interesses dos grupos de poder que a

controlam. Significa lutar contra a censura exercida por aqueles que decidem sobre as pautas, as agendas, os atores sociais, cujas visões de mundo serão apresentadas ao público. Em vários países da América Latina, durante o recente ciclo de governos de centro-esquerda. Conhecido como a onda rosa (*pink tide*), mudanças foram tentadas nesse sentido, através da aprovação das conhecidas “leis de meios”. No Brasil não.

A grande mudança estrutural no sistema dos meios de comunicação de massa no Brasil é imediatamente posterior ao golpe militar de 1964, precedida da promulgação do Código Brasileiro de Telecomunicações, de 1962, o qual vige até hoje para o setor de radiodifusão, reformado apenas para as telecomunicações, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, no bojo do processo de privatização. A Constituição de 1988, por sua vez, introduziu todo um capítulo sobre o tema, bastante progressista, mas tudo foi deixado para futuras regulamentações, que nunca foram feitas. As mudanças ocorridas durante os governos petistas foram em geral consequência de movimentos de mercado, sempre favoráveis aos atores empresariais. O projeto de Franklin Martins não veio sequer a público.

No campo abrangido pelo antigo Ministério da Cultura, ao contrário, importantes políticas democratizantes foram realizadas, sem afetar, contudo, no mesmo sentido, a comunicação social. Ora, a própria separação entre comunicação e cultura em

dois ministérios sempre foi arbitrária e obedecia especialmente aos interesses dos radiodifusores que ainda hoje comandam a parte do leão da produção nacional de bens culturais. Se o ativismo político dos meios de comunicação empresariais é mais antigo, sua configuração atual, como oligopólio nacional fortemente concentrado em torno da TV de massa e com forte liderança de uma empresa familiar particular, é obra do regime militar. Ao contrário dos governos posteriores, o projeto militar deu grande ênfase numa profunda reestruturação daquilo que Furtado chama de sistema global de cultura.

Embora não se tenha dedicado ao estudo da Comunicação em particular, Furtado deixou muito claros – em escritos dos anos 1980, da época da redemocratização, da Assembleia Constituinte, da criação do Ministério da Cultura, processos dos quais participou como protagonista – os riscos para o país da existência de um “ciclópico negócio” que ameaçava com a descaracterização da cultura popular justamente num momento em que ela poderia apresentar-se como o cimento de uma nova hegemonia. Naquele momento de forte otimismo, o autor depositava grandes expectativas numa aliança das classes médias progressistas, envolvidas na luta pela redemocratização, com o povo, visando a construir as condições subjetivas de um renovado processo de desenvolvimento, com autonomia cultural e o resgate da dívida social que o país acumulara ao longo das décadas anteriores.

O processo de industrialização por substituição de importações, do início da década de 30 até o final da de 50, bem-sucedido no que se refere à internalização das condições para a acumulação ampliada do capital, como mostra João Manuel Cardoso de Mello, além de não resolver o grave problema social, herança da escaravidão, agravou as disparidades sociais e a miséria urbana. O próprio Furtado, até o momento do golpe militar, estava envolvido no projeto das reformas de base, que visavam justamente atacar esses problemas. Uma vez abortado o projeto, no entanto, uma política econômica ortodoxa radical e fortemente entreguista foi implementada durante três longos anos, mas, mesmo depois, quando o pragmatismo econômico se instala e o país volta a crescer, nenhuma mudança estrutural ocorre, mas apenas, no melhor dos casos, investimentos visando a completar lacunas deixadas pela industrialização substitutiva.

No campo cultural, ao contrário, uma grande mudança estrutural foi realizada: desarticulou-se, por meio da violência, um rico movimento cultural que se notabilizara no debate sobre o desenvolvimento; controlou-se, através da censura, a ação dos mediadores culturais e, principalmente, reestruturou-se em profundidade o sistema das indústrias culturais, através de dois tipos de ações: estatização e reorganização das telecomunicações, deixando ao capital privado, e a uma empresa familiar em especial, a produção de conteúdo e a veiculação da publicidade e da propaganda.

O principal beneficiário desse processo, nas áreas de produção e distribuição de bens culturais foi a Rede Globo de Televisão que, ao longo de todo o período autoritário, torna-se líder incontestável do poderoso oligopólio que vai sendo construído *pari passu* à construção dos hábitos de audiência e do gosto de um público consumidor de cultura de grandes dimensões, que se torna o grande ativo da empresa, seja na negociação com os anunciantes, seja na sua capacidade de *lobby* e de manipulação, ao situar-se no centro da grande Indústria Cultural brasileira. Abaixo dela, na radiodifusão, sobrevive um pequeno conjunto de empresas tradicionais de ínfima importância econômica, enquanto as demais indústrias culturais vão-se tornando progressivamente sua área de expansão. Os jornais tradicionais, por sua vez, inclusive O Globo, seguem cumprindo seu papel político de agendamento e de organização dos interesses hegemônicos na esfera pública.

Este quadro é evidentemente simplificado, mas o que precisamos reconhecer aqui é apenas a existência de um sistema global de cultura articulado por uma complexa estrutura de meios de comunicação organizada sob a forma de um oligopólio muito concentrado, no caso da televisão, que se replica, de um modo geral, ressaltadas as especificidades, em cada um dos outros mercados culturais. As telecomunicações, por sua vez, são privatizadas em benefício do capital estrangeiro nos anos 1990, enquanto os grandes oligopólios culturais nacionais que controlam a radiodifusão articulam-se com o oligopólio global dominado por Hollywood e pelas grandes gravadoras musicais norte-americanas, especialmente. Assim, quando se diz que a Globo tem um padrão de produção nacional, e relativamente competitivo em nível mundial, trata-se de uma variação, na verdade, no interior de uma forma cultural, no sentido de Williams, desenvolvida principalmente nos Estados Unidos, que forma parte do conjunto maior que é o modo de regulação do capitalismo da segunda metade do século XX: produção em massa, linha de montagem fordista, consumo também massificado, facilitado pela expansão do crédito ao consumo e da publicidade veiculada pelos grandes meios de comunicação de massa, etc.

A mudança desse conjunto se dará como consequência da crise do padrão de acumulação do pós-guerra, nos anos 1970 e a reestruturação produtiva que se seguiu, acompanhada da implantação de uma extensa política



Foto: Pixabay/ Gerd Altmann

neoliberal, que significou, em poucas palavras, o desmonte, tanto quanto possível, dos sistemas de *welfare state*, o fim dos tratados de Bretton Woods e uma globalização acentuada dos oligopólios produtivos e do capital financeiro. No campo da comunicação e da cultura, uma série de transformações ocorrerão, tanto decorrentes das mudanças no mercado, quanto das políticas neoliberais que afetam, por exemplo, as barreiras à entrada do capital internacional no setor audiovisual brasileiro até então totalmente defendido. Assim, com a privatização das telecomunicações, nos anos 1990, toda uma fase de transição se abre em que as operadoras internacionais passam a disputar o setor convergente da televisão paga, onde acabam assumindo uma posição muito vantajosa com a promulgação da referida lei de 2011, embora isso não queira dizer que as disputas tenham acabado.

Uma segunda onda, por assim dizer, de transformações decorre do surgimento e expansão da internet e do que se conhece hoje por plataformas digitais. O paradigma da digitalização é marca fundamental da reestruturação produtiva, capitaneada, no que se refere ao desenvolvimento das forças produtivas, pela microeletrônica, que terá impactos profundos nos processos produtivos de todo tipo, no comércio, no sistema financeiro, nas formas de organização e de controle social, nas relações sociais, no consumo, na esfera da vida privada, influenciando decisivamente na configuração não apenas de um novo modo de regulação do capitalismo (acumulação flexível), mas de um novo sistema global de cultura, em nível mundial, reforçando as tendências de unificação da cultura material, detectadas por Furtado nos anos 1980, sob o comando ainda dos Estados Unidos. Ao longo das primeiras décadas do século XXI essa tendência se radicaliza, mesmo quando a hegemonia econômica da potência norte-americana apresenta-se novamente posta em dúvida.

No que se refere às indústrias culturais e da comunicação, uma drástica redução das barreiras à entrada faz avançar a internacionalização, confirmando os temores de Furtado em face dos oligopólios culturais. A privatização das telecomunicações nos anos 1990 facilitou a abertura ao permitir o ingresso dos principais concorrentes potenciais nos mercados da convergência tecnológica, enquanto a expansão da internet, após a sua privatização, em 1995, e o processo de concentração por que passou, com a crise das empresas de tecnologia de 2000, faziam avançar os *sites* de redes sociais e as formas publicitária e propagandística baseadas em algoritmos, as quais articulam comunicação vertical e horizontal, constituindo um complexo modelo de manipulação e controle social. Os processos de *lawfare* que se generalizaram mundo afora, especialmente na América Latina, dos quais o Brasil se apresenta como caso paradigmático, têm forte respaldo nessa nova forma de organização da cultura.

Paradoxalmente, a empresa que comandou por seis décadas a construção da Indústria Cultural no país acabará enfrentando sérios problemas decorrentes, em boa medida, das suas decisões estratégicas, do apoio à privatização das telecomunicações ao engajamento no referido processo de *lawfare*, que terminou por levar ao poder uma opção hostil, que reforça seus competidores diretos no mercado de televisão, num momento em que enfrenta a concorrência poderosa das empresas de telecomunicações, das grandes plataformas digitais de distribuição de conteúdo, dos *sites* de redes sociais e outras formas alternativas de comunicação que passam a preencher o tempo livre das pessoas. Se essa transformação radical não elimina as lógicas de poder conhecidas, a forma cultural subjacente vem se alterando profundamente, reduzindo as capacidades de controle da audiência por parte daqueles capitais nacionais cuja hegemonia baseava-se numa forma cultural ultrapassada.

No caso da Globo, aos problemas estruturais apontados, soma-se a dificuldade inerente à transição geracional em empresas familiares, que se manifesta no plano das estratégias. Assim, no ano de 2013, ao mesmo tempo em que tornava pública uma autocrítica em relação ao papel politicamente ativo que tivera no regime militar, organizava-se para atuar de maneira não menos engajada nos processos políticos que levariam à ruptura institucional de 2016 e à exclusão do Presidente Lula da eleição de 2018, seguindo uma estratégia extremamente arriscada num

momento em que devia concentrar-se na ameaça maior, de ordem estrutural, no plano da concorrência capitalista. O erro, por outro lado, dos governos posteriores à Constituição de 1988 foi não ter realizado nenhum esforço significativo – ao contrário do que fizeram os militares de 1964, mas em sentido inverso ao da democratização decidida no texto constitucional, mas nunca implementada – para mudar a estrutura do sistema de comunicação.

É certo que, em outros países da América Latina onde mudanças importantes foram feitas, com as chamadas leis de meios, o resultado em geral não foi muito diferente, o que se explica pelo fato de que as mudanças políticas são determinadas em última instância por fatores mais profundos, de ordens econômica e geopolítica, mas não se deve menosprezar por isso o grande ensinamento de Furtado a respeito da importância da autonomia cultural na construção de um projeto nacional de desenvolvimento. Um traço comum à maior parte das experiências da onda rosa latino-americana em relação às políticas de comunicação adotadas é que elas se limitavam à luta pelo controle dos grandes meios monopolistas e a estratégias de *marketing* político.

Ora, a democratização efetiva dos meios de comunicação, sem ultrapassar os limites do capitalismo e sem valer-se de nenhum mecanismo de censura, mas, ao contrário, atacando as formas de censura realmente existentes, exige, no plano da construção institucional, primeiro, o controle social

dos grandes meios de comunicação privados, segundo, a criação de um sistema público estatal de comunicação robusto, também submetido a regras democráticas de controle social, seguindo as melhores práticas internacionais e, terceiro, a construção de um poderoso sistema de comunicação popular alternativo e outras formas viabilizadoras da ação política direta que Furtado tanto valorizou nos seus escritos dos anos 1970.

No plano da cultura espiritual, para citar a expressão antropológica que Furtado utiliza, seria preciso substituir o otimismo que o autor apresentava em relação à classe média, nos anos 1980, pela construção da autonomia cultural da classe trabalhadora, sugerida no seu fundamental livro de 1978, onde defende enfaticamente a ação direta dos movimentos ecologista, feminista, negro, no bojo de uma crítica ao desenvolvimento, iniciada em 1974, de extrema atualidade. Esse é o nó teórico que precisa ser desatado para entender o atual desafio furtadiano. Tome-se o caso das políticas culturais. A posição de Furtado – ao contrário daquela de Fernando Henrique Cardoso e seu ministro da cultura, Francisco Weffort, que entendiam ser a cultura “um bom negócio” – não coloca em primeiro plano as possibilidades de criação de emprego e renda no setor – o que seria justo e está posto também nos seus trabalhos dos anos 1980 e nas suas ações como ministro da Cultura – mas enfatiza fortemente o aspecto de construção da identidade nacional como eixo estruturante das políticas de desenvolvimento.

Mas a questão da autonomia cultural deve ser pensada também em termos de classe e hegemonia. Assim, o “divórcio entre elite e povo”, no Brasil, ao longo do século XIX, quando as elites nacionais, fascinadas pelo brilho da civilização industrial europeia em expansão, rejeitam a cultura popular não branca, esta, paradoxalmente, desenvolve suas capacidades criativas nas comunidades, nas favelas, formando a base que será utilizada, no século XX, pelos intelectuais na construção da cultura nacional popular sobre a qual a burguesia industrial assenta a sua hegemonia. Assim também a TV Globo construiu sua liderança no mercado brasileiro de televisão e sua competitividade externa apropriando-se daquela cultura popular de origem negra e mestiça para criar a sua mercadoria. O otimismo de Furtado na aliança entre classe média e povo, nos anos 1980, afasta-se por certo desse segundo exemplo, mas aproxima-se claramente do primeiro, com a diferença de que o protagonismo agora deveria ser dado ao próprio povo e ‘a política cultural, vista como política social destinada a vencer a heterogeneidade estrutural que caracteriza as economias subdesenvolvidas como a nossa.

A política dos pontos de cultura do ministro Gilberto Gil, de alguma forma, caminhava no sentido de devolver ao povo a iniciativa no campo cultural, sem chegar, no entanto, a influenciar as políticas gerais, que deveriam visar a construção de uma nova hegemonia e de um novo padrão civilizacional que finalmente des-

se cabo da herança escravista que vitima a maioria da população, limitando drasticamente as potencialidades do país. Mas o Brasil tem perdido todas as oportunidades históricas que lhe permitiriam explorar essas potencialidades na sua plenitude, seja no momento da superação do trabalho compulsório, quando a massa liberta foi abandonada à própria sorte, seja quando foi abortado o projeto das reformas de base, com o golpe civil-militar de 1964, seja imediatamente após a eleição presidencial de 2014, quando as classes dirigentes nacionais decidiram que a crise econômica deveria ser potencializada e aproveitada para insuflar a crise política de enormes proporções da qual ainda não nos livramos.

Quando for possível recompor as condições políticas para um novo ciclo expansivo, aqueles que virão na crista da maré em que nos afogamos deverão enfrentar a dupla disjuntiva explicitada por Furtado em condições piores às dos anos 1980, pois se, de um lado, as profundas reformas neoliberais implementadas a partir de 2016 reduzem drasticamente as potencialidades referidas no parágrafo anterior, ao eliminar direitos conquistados não apenas em 1988 mas inclusive aqueles mais antigos, plasmados na CLT, de outro, o processo político que vivemos tem revelado uma condição cultural patológica que exigirá tratamento intensivo, se quisermos contrariar tendências irracionais arraigadas, em cuja existência os governos progressistas não quiseram acreditar.

Referências

- BOLAÑO, César. *Qual a lógica das políticas de comunicação no Brasil?*. São Paulo, Paulus, 2007.
- BOLAÑO, César. *Mercado brasileiro de televisão*. São Paulo, Educ, 2013, 2004 [1988].
- BOLAÑO, César. *O conceito de cultura em Celso Furtado*. Salvador: EDUFBA, 2015.
- BRITTO, Valério; BOLAÑO, César (orgs.). *Rede Globo: 40 anos de poder e hegemonia*. São Paulo: Paulus, 2005.
- CARDOSO DE MELLO, João Manuel. *Capitalismo tardio*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- D’AGUIAR, Rosa Freire. *Ensaio sobre cultura e o Ministério da Cultura*. Rio de Janeiro: Cicef/Contraponto, 2012.
- FURTADO, Celso. *O mito do desenvolvimento*. São Paulo: Círculo do Livro, 1974.
- FURTADO, Celso. *Dependência e criatividade na civilização industrial*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- FURTADO, Celso. *Cultura e desenvolvimento em época de crise*. São Paulo: Paz e Terra, 1984.
- WILLIAMS, Raymond. *Tecnologia e forma culturale*. Roma: Editori Riuniti, 2000 [1974].
- ZANIN MARTINS, Cristiano; ZANIN MARTINS, Valeska Teixeira; VALIM, Rafael (coord.). *O caso Lula: A luta pela afirmação dos direitos fundamentais no Brasil*. São Paulo: Contracorrente, 2017.

Democracia, Soberania e Participação: O pensamento furtadiano e os desafios atuais

Introdução

Este artigo, distribuído em cinco seções, foi escrito para subsidiar palestra na Semana Celso Furtado, promovida pela Fundação João Mangabeira (FJM), com o apoio do Centro Internacional Celso Furtado (CICF) e da Associação Brasileira de Economistas pela Democracia (Abed). Na primeira seção, denominada “Estratégia para superação do subdesenvolvimento”, a intenção foi capturar temas da democracia, soberania e participação presentes na ideia-força de rompimento do conjunto de mecanismos que engendram, mantêm e aprofundam o subdesenvolvimento. No segundo, tratou-se de evidenciar o vínculo do conceito de democracia de Furtado com a democracia participativa. Com efeito, na visão de Celso Furtado, o rompimento do subdesenvolvimento não ocorre sem soberania nacional e sem mobilização e participação ativa das forças sociais transformadoras.

Na seção “A conjuntura atual e as perspectivas da resistência democrática”, buscou-se evidenciar que a sinalização da vitória de Joe Biden para a Presidência dos Estados Unidos contribuiu para fragilizar a unidade no campo político da extrema-direita. Assim, abre-se uma janela de oportunidade para as alianças políticas no campo da oposição e a construção de uma frente democrática e popular visando a liderar a luta pela reconquista do Estado Democrático de Direito no Brasil. Nas considerações finais, exemplificam-se algumas experiências inovadoras no campo democrático que estão brotando no País, apesar da hegemonia política do governo autoritário, com características fascistas.

Estratégia para superação do subdesenvolvimento

No entendimento de Celso Furtado, o subdesenvolvimento não é uma fase ou etapa para

o desenvolvimento, mas sim a face de uma formação histórica e social de países que estão submetidos à lógica de dominação dos países centrais e das empresas transnacionais, com a parceria das elites dirigentes locais. Neste sentido, o subdesenvolvimento é um fenômeno de dominação política, econômica, social e cultural. Portanto, para superar o subdesenvolvimento, é necessário construir um processo de ruptura do sistema. Seja internamente, em relação às forças econômicas e políticas que tentam obstaculizar o nosso desenvolvimento para manter os seus privilégios de classe, seja externamente, pelos interesses do polo dominante da economia internacional.

Em toda a sua obra e, especialmente, em *Criatividade e dependência na civilização industrial*, Furtado destaca que o desenvolvimento só ocorre com a transformação das estruturas políticas e sociais. Assim, o crescimento econômico em sentido estrito não gera de-



Foto: Pixabay/ Gerd Altmann

envolvimento. Trata-se, pois, de um processo deliberado de escolhas políticas expresso em projeto nacional de desenvolvimento, no qual o Estado tem um papel primordial como motor das transformações requeridas pela sociedade.

Com base nos ensinamentos de Celso Furtado, os temas da democracia, da soberania e da participação popular constituem o tripé fundamental para a acumulação de forças sociais capazes de engendrar as hegemonias cultural

e política para superar a condição de subdesenvolvimento e atraso civilizatório. Infelizmente, a conjuntura atual evidencia um modelo econômico neoliberal excluyente, contrário aos genuínos interesses nacionais liderado

por um governo antidemocrático e de características fascistas.

Segundo Bercovici (2020), estamos assistindo ao desmonte do País, por meio da venda ou entrega do patrimônio nacional, com a Petrobras sendo desmanchada, com a Eletrobrás ameaçada de privatização, a Vale do Rio Doce já tendo sido privatizada no Governo Fernando Henrique, na década de 1990. Então, com o desmonte dessas empresas estratégicas e dos controles estratégicos dos recursos naturais, também estamos abrindo mão de termos um projeto nacional de desenvolvimento, de termos a possibilidade de superar a nossa condição de subdesenvolvimento.

A influência de Celso Furtado na definição da Carta de Princípios da Abed

Celso Furtado afirmou, no final dos anos 1990, que, em 50 anos de vida acadêmica, nunca tinha vivenciado um momento de tanta pobreza intelectual na Economia. Nosso patrono já percebera algo que nas décadas seguintes viria a se aprofundar. A Ciência Econômica perdeu o senso crítico, a perspectiva histórica, a percepção de processo e o compromisso com o bem comum.

Nós, economistas que ajudamos a construir essa perspectiva recente de um Brasil democrático e comprometido com a construção de uma nação inclusiva, so-

lidária e pujante, temos por dever ampliar o espaço de debates e contrapor essas tendências de negação das visões plurais e alternativas que podem e devem também moldar o debate em torno à Ciência Econômica e suas contribuições para o desenvolvimento, no Brasil e no mundo.

Acreditamos que os objetivos de desenvolvimento do Brasil têm como condição fundamental para sua realização a defesa intransigente dos valores democráticos. Mais do que defender pluralidade e diversidade de pensamento, entendemos que a democracia no Brasil só será plena quando superarmos a situação na qual amplas parcelas da população são privadas de direitos e das condições mínimas para desenvolver potencialidades.

Construir conhecimento e alternativas que permitam a emergência de um modelo de desenvolvimento econômico que supere a brutal desigualdade econômica no Brasil é a tarefa fundamental dos economistas que têm compromisso com a democracia e com o povo brasileiro.

Assim, os economistas reunidos em torno das ideias aqui proferidas se comprometem com a defesa e promoção de uma efetiva e ampla democracia no Brasil, que se expresse pela plena vigência dos direitos civis, políticos e sociais, que sejam garantidos e exercidos por todos os cidadãos e cidadãs deste país, sem distinção de classe social, opinião, crença religiosa, gênero, cor ou raça, religião, idade ou orientação sexual.

Origens e Conceitos de Democracia e Participação no Pensamento de Celso Furtado

Visando a atualizar a discussão das categoriais políticas de democracia aproprio-me da afirmação de César Bolaño (2020) de que o conceito de democracia de Celso Furtado é o conceito de democracia participativa. Também fui buscar na literatura da ciência política dois economistas que influenciaram a definição de democracia, os quais fizeram parte dos estudos e pesquisas que fundamentaram as obras de Furtado.

Joseph Schumpeter, no livro clássico *Capitalismo, socialismo e democracia*, desenvolveu as bases conceituais para a teoria da democracia elitista. De acordo com tal concepção, a democracia se concretiza no Congresso Nacional e nos limites dos poderes representados, ou seja, fundamenta-se na ideia da democracia representativa.

O ex-presidente Fernando Henrique Cardoso é um dos defensores dessa concepção estreita de democracia. Em 1995, houve uma greve geral dos petroleiros. Fernando Henrique autorizou que as tropas do Exército ocupassem as refinarias de petróleo para controlar e sufocar o movimento paredista. Quando os jornalistas perguntaram ao então presidente se não era antidemocrático usar forças militares nas refinarias da Petrobras, ele respondeu da se-

guinte forma: Democracia se faz no Parlamento.

Albert Hirschman expressa uma avaliação muito crítica do processo democrático dizendo o seguinte: Muitas vezes, o próprio avanço das conquistas dos trabalhadores faz com que o conceito de participação seja limitado. Usa como exemplo, a conquista do sufrágio universal para os homens, na França, em 1860. Reconhece que é a grande conquista da classe trabalhadora. No entanto, o fato de haver o sufrágio universal retirou da discussão da ciência política o direito liberal à insurgência, o direito ao conflito, inclusive ao protesto nas ruas.

Nesse sentido, “uma das maiores contradições entre a mobilização das classes trabalhadoras e a democracia, desde o século XIX, reside no fato de que a luta popular ajuda a construir um ambiente político e institucional que, de certo modo, constrange a ação dos movimentos sociais justamente aquelas que historicamente se mostraram mais relevantes para a ampliação dos direitos dos subalternos” (Trindade, 2018).

Em *Forjando a democracia*, Geoff Elei (2005) defende que a democracia pressupõe, necessariamente, o conflito e o desafio da autoridade, confrontações violentas e crises gerais em que se rompe a ordem político e social dada. Com efeito, a democracia não deriva da evolução natural ou da prosperidade econômica, mas se desenvolveu porque uma grande quantidade

de pessoas se organizaram coletivamente para reivindicá-la.

Acredito que a concepção furtadiana está muito mais próxima ao conceito de democracia participativa, ou seja, de criar as condições para que o povo, e mais especificamente trabalhadores, os pequenos e médio agricultores, mulheres, negros, índios e populações originárias, possam ocupar legitimamente os canais de participação para expressar suas propostas e demandas sociais e econômicas.

No recente artigo denominado A Democracia Pendular, o professor Leonardo Avritzer explica que o Brasil convive com momentos históricos de expansão e regressão democrática e de regimes políticos autoritários. O citado artigo examina dados históricos do pêndulo democrático, englobando o período da expansão democrática em 1946, até o início de 2018, quando o País vivenciava um período de regressão democrática, instalado a partir do golpe parlamentar que destituiu a Presidente Dilma Rousseff.

Para fundamentar o conceito de pêndulo democrático, Avritzer examina as teses de Sérgio Buarque, visando extrair explicações a respeito de como o Brasil sempre conviveu com o dilema das elites em aceitar ou negar a democracia, mesmo nos limites da democracia representativa. Para o autor, as dificuldades que as elites econômicas e políticas brasileiras têm para lidar com as liberdades democráticas e dis-

tribuição de renda e da propriedade, advém da herança ibérica. A nossa elite é ciosa na manutenção de seus privilégios de classe e cria dificuldades para que a população possa ter acesso aos bens de consumo e à educação média e superior, que redunde em ampliação das possibilidades de ascensão econômica e social. Para manter seus benefícios privados, é capaz de atentar contra a ordem democrática vigente e ir de encontro aos interesses e objetivos nacionais de um País mais homogêneo, mais plural e socialmente mais justo.

As rupturas democráticas criaram óbices para a consolidação do mercado interno de massas; impediram a realização de uma reforma agrária burguesa e de uma reforma urbana que resultasse na melhoria das condições de moradia e de vida nas cidades brasileiras. Enfim, é esse movimento pendular que se observou com a expansão da democracia em 1946, destruída pelo golpe civil-militar de 1964, com o apoio externo dos Estados Unidos.

Com a crise econômica e a fratura do consenso das classes dirigentes na segunda metade dos anos 1970, verificou-se a expansão da luta pela democracia que culminou com a Assembleia Constituinte e a promulgação da Constituição Cidadã, em 5 de outubro de 1988. Na esfera dos direitos sociais, em virtude da pressão política dos movimentos populares sobre os constituintes, a nova Constituição atendeu a algumas demandas da sociedade e

expressou o momento de expansão democrática e as bases para ampliação da proteção social. Em termos econômicos, o professor Bercovici (2020) ressalta que a Constituição acolheu o pensamento de Celso Furtado, com destaque para o artigo 219, que assim dispõe:

“Art. 219 – O mercado interno integra o patrimônio nacional e será incentivado de modo a viabilizar o desenvolvimento cultural e socioeconômico, o bem-estar da população e a autonomia tecnológica do País nos termos da lei federal”.

O processo de expansão democrática e de convívio com o primado da Constituição e das instituições democráticas avançou com altos e baixos até 2014, quando o candidato Aécio Neves e o PSDB questionaram a legalidade da vitória da chapa encabeçada pela presidente Dilma. O questionamento da lisura do pleito eleitoral constituiu a senha para eclosão de um movimento de oposição liderado pelas classes dirigentes, aliadas aos interesses do capital financeiro internacional e países centrais, visando à derrubada da presidente Dilma e da era dos governos petistas de caráter democrático e popular vigente no período de 2003 a 2016.

A partir dessa ruptura democrática promovida por meio do *impeachment* em agosto de 2016, assiste-se à emergência de retirada dos direitos dos trabalhadores, das mulheres, de negros e indígenas e a adoção de uma

política fiscal restritiva, a qual provoca a redução do gasto social e dos investimentos públicos ao longo do tempo. A partir da vitória eleitoral do presidente Bolsonaro, em 2018, aprofundou-se a regressão democrática.

Emerge um governo que se compromete com a manutenção da política neoliberal de ampliação das reformas econômicas que aprofundam a retirada dos direitos das camadas assalariadas e com a venda acelerada ou desmanche das empresas estatais. Do ponto de vista estritamente político, trata-se de governo de viés antidemocrático com características fascistas, que busca incessantemente corroer as instituições do Estado e eliminar os direitos humanos da maioria da população.

A conjuntura atual e as perspectivas da resistência democrática

Se quisermos fazer uma aposta efetiva para que a sociedade brasileira crie as condições necessárias para formular – futuramente – um projeto de desenvolvimento sustentável, democrático e popular, não podemos abrir mão de ampliar e aprofundar o diálogo política entre os partidos da oposição e com trabalhadores, de setores da sociedade civil e de movimentos populares e identitários.

O objetivo primordial e inadiável é formar arcos de aliança amplos e duradouros que nos possibilitem ultrapassar essa face

dolorosa da realidade brasileira. Nesse sentido, há necessidade de elaborar um programa mínimo de resistência e travessia democrática, tendo como eixo estratégico a reconquista do Estado Democrático de Direito e da proteção econômica e social estabelecida pela Constituição Federal de 1988.

Neste momento, praticamente quase todos os olhares das forças políticas e econômicas do Brasil estão voltados para o desfecho das eleições norte-americanas. No campo progressista, existe uma torcida para que o senador Joe Biden seja reconhecido como presidente eleito dos Estados Unidos. Sabemos que o sonho estratégico americano é um projeto de poder para manter a hegemonia econômica, política, militar e cultural em escala internacional. No entanto, é importante para a resistência democrática no Brasil, o fato de o Partido Democrata e o candidato aceitarem as regras do jogo da democracia representativa.

Ante o extremismo fascista do governo Trump, é significativo que Joe Biden se comprometa a: assinar o Acordo do Clima de Paris; convocar a Cúpula da Democracia para discutir o aumento do autoritarismo, a luta anticorrupção e os direitos humanos; enfrentar o racismo estrutural nos Estados Unidos; e, apoiar a Organização Mundial da Saúde para liderar mundialmente o combate aos efeitos nocivos da pandemia do coronavírus. Enfim, a vitória do candidato democrata enfraquece os pendores

autoritários e extremistas do governo Bolsonaro. Nesse sentido, abre uma brecha para o avanço da resistência democrática e da luta pela reconquista do Estado Democrático de Direito.

Estamos vivenciando o processo de eleições municipais. A atual legislação dificulta a realização de coligações partidárias. Por isso, os partidos preferem lançar

candidatos a prefeitos com o intuito de eleger mais vereadores. Entretanto, no segundo turno é de se esperar que os seis partidos da oposição democrática – PSB, Rede, PDT, PCdoB, PSol e PT – constituam alianças eleitorais para enfrentar candidatos de partidos que apoiam direta ou indiretamente o Governo Bolsonaro. A Associação Brasileira de Economistas pela Democracia

tem clareza da necessidade de estimular e apoiar as alianças eleitorais no campo da oposição.

Porém, é dever da Abed priorizar os esforços para incentivar a formação de uma Frente Ampla pela Democracia e pela Defesa do Estado de Direito. Essa Frente contempla os partidos políticos acima mencionados e organizações da sociedade civil, sejam associa-



Manifestações populares em frente ao Congresso Nacional durante a eleição de Tancredo Neves pelo Colégio Eleitoral. Janeiro de 1985. - Flickr Senado Federal - Fotografia: Célio Azevedo

ções de profissionais, sejam sindicais, movimentos sociais populares e identitários, além setores religiosos comprometidos com a democracia e com os direitos humanos fundamentais e a preservação e conservação do meio ambiente.

Sem a mobilização popular e atos públicos – quando a pandemia permitir – o Congresso Nacional não se sensibilizará para acolher as pautas políticas e econômicas do campo democrático e popular. É fato incontestável que o Parlamento é

poroso no sentido de auscultar e atender às vozes das ruas. Portanto, somente um vigoroso movimento de massas no estilo da Campanha das Diretas Já será capaz de mover o pêndulo para o lado virtuoso da expansão da democracia no Brasil.

Se tivermos em mente o objetivo estratégico de médio prazo de promover a construção do desenvolvimento, nos termos do legado de Celso Furtado, torna-se primordial e urgente lograr a constituição da aliança democrática e popular para que possamos avançar na reconquista da democracia, especialmente da democracia participativa no Brasil.

Considerações Finais

Infelizmente, estamos discutindo os mesmos temas formulados por Celso Furtado, porque a sociedade brasileira postergou as chances de promover as grandes transformações políticas, econômicas, sociais, culturais e ambientais que o País necessita. No entanto, não devemos perder a esperança na capacidade de nosso povo para superar os problemas, nem perder a fé no futuro do País. Ainda que estejamos vivendo um momento muito complexo e difícil da nossa história, caracterizado por muitos retrocessos do ponto de vista político, econômico, social, cultural e ambiental, um novo Brasil está brotando nas favelas e na periferia. Os governadores do Nordeste estão reinventando o pacto federativo regional. Abriram mão da guerra fiscal e substituíram pela cooperação econômica e administrativa, praticando um jogo em que não existem perdedores.

Em 22 de maio de 2020, foi implantado o Círculo de Desenvolvimento Regional do

Nordeste, no âmbito do Comitê Científico, inspirado no legado de Celso Furtado. Compreende um grupo de mais de 150 voluntários residentes na região, entre professores, pesquisadores, técnicos de governo. Estão trabalhando em diversas áreas temáticas, formulando propostas de ação e criando algumas redes. Existe uma rede de educação chamada Rede Paulo Freire, uma rede de segurança alimentar e nutricional e combate à fome, denominada Rede Josué de Castro. Recentemente, instituiu-se a Rede Nordeste de Instituições de Ensino Superior e Tecnológico, que congrega cerca de 34 instituições, entre elas universidades federais, estaduais e institutos federais.

Esses exemplos mostram que um novo Brasil está surgindo nos escombros do autoritarismo, ainda que tenhamos um cenário político desalentador. Se não formos capazes de tentar olhar e aprender com o que está acontecendo nessa diversidade territorial, social e cultural, provavelmente mergulharemos no pântano do pessimismo, do medo e da desesperança.

Assim como Celso Furtado acreditava que nós devemos nos organizar politicamente para tomar em nossas mãos o destino do País, a Abed tem clareza de que este é o momento para forjar a unidade nacional pela democracia e para a construção de uma nação mais harmônica, mais dialógica, mais plural, mais humana, mais solidária e mais sustentável.

Nota

¹Coordenação Nacional da Associação Brasileira de Economistas pela Democracia (Abed)

Referências

AVRITZER, Leonardo. *O pêndulo da democracia: uma análise da crise 2013-2018*. São Paulo: Novos Estudos Cebrap, v. 37, n. 2, pp. 273-289, 2018.

BERCOVICI, Gilberto. Palestra na Semana Celso Furtado, em 6 de novembro de 2020.

BOLÃO, César. Palestra na Semana Celso Furtado, em 5 de novembro de 2020

GEOFRI, Elei. *Forjando a democracia: a história da esquerda na Europa na Europa*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005.

FURTADO, Celso. *Criatividade e dependência na civilização industrial*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

TRINDADE, Thiago A. Limites da democracia: A legitimidade do protesto no Brasil participativo. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 33, n. 97, p. 1-20, 2018.

SCHUMPETER, Joseph Alois (1943). *Capitalismo, socialismo e democracia*. São Paulo: Zahar, 1985.

